Índice das notas explicativas

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da Unipar Carbocloro S.A., distribuídas da seguinte forma:

- 1. Contexto operacional
- 2. Base de preparação das demonstrações financeiras
- 3. Resumo das principais práticas contábeis
- 4. Combinação de negócios
- 5. Caixa e equivalente de caixa
- 6. Aplicações financeiras
- 7. Contas a receber de clientes
- 8. Impostos a recuperar
- 9. Estoques
- 10. Depósitos judiciais
- 11. Partes relacionadas
- 12. Investimentos
- 13. Imobilizado
- 14. Intangível
- 15. Empréstimos e financiamentos
- 16. Energia elétrica
- 17. Demandas judiciais
- 18. Passivo ambiental
- 19. Outros passivos
- 20. Débito com terceiros
- 21. Imposto de renda e contribuição social
- 22. Obrigações com benefícios aos empregados
- 23. Capital social
- 24. Reservas de lucros
- 25. Receita operacional líquida
- 26. Despesas por natureza
- 27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas
- 28. Resultado financeiro
- 29. Resultado por ação básico
- 30. Dividendos
- 31. Cobertura de seguros
- 32. Gestão de risco e instrumentos financeiros
- 33. Eventos subsequentes

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Unipar Carbocloro S.A. ("Unipar" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo – SP. As ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&F Bovespa")

A Unipar tem como atividades preponderantes a fabricação de cloro, derivados de cloro e soda cáustica.

A Unipar é controlada pela Vila Velha S.A. Administração e Participações ("Vila Velha"). Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Vila Velha possuía 19,11% do capital da Unipar e 57,30% de suas ações ordinárias.

Em 22 de agosto de 2016, a Vila Velha informou a Unipar, inclusive para fins de divulgação ao mercado que, com o objetivo de ver implementada uma reestruturação administrativa e financeira na Unipar, instituiu usufruto sobre 51% das suas ações ordinárias da Companhia, relativamente ao direito de voto, em favor da Estáter Assessoria Financeira ("Estáter"), com quem firmou Acordo de Acionistas, nos termos do qual (i) Estáter elegerá a maioria dos administradores, inclusive o Presidente do Conselho de Administração e (ii) determinadas matérias extraordinárias, como reorganizações societárias e alterações estatutárias, estarão sujeitas a deliberação em reunião prévia.

A Estáter permanecerá na gestão por um prazo inicial até 31 de dezembro de 2017, prorrogável para 30 de junho de 2022, caso seja concluída, com sucesso, a oferta pública de aquisição das ações de emissão da Companhia em circulação no mercado em curso, com o objetivo de cancelar o seu registro de companhia aberta.

Oferta pública para aquisição das ações da Unipar ("OPA")

Em 14 de dezembro de 2015, a Vila Velha comunicou sua intenção de realizar oferta pública de aquisição das ações da Unipar em circulação no mercado, com o objetivo de cancelar o registro da Companhia de capital aberto. Os fatos relevantes que indicam as possibilidades de atuação oficialmente comunicadas pela Controladora estão disponibilizados nos sistemas de divulgação de informações da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), da BM&F Bovespa e no website de relações com investidores da Companhia.

É importante ressaltar que a realização da oferta pública está condicionada, dentre outros fatores, às aprovações societárias necessárias, à aprovação do pedido de cancelamento do registro de companhia de capital aberto pela CVM e à obtenção de empréstimo, pela Controladora, para financiar a aquisição das ações objeto da OPA. Dadas todas estas condições precedentes, não é possível assegurar que a oferta será realizada ou que o cancelamento de registro da Companhia aberta efetivamente ocorrerá.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Aquisição da Solvay Indupa S.A.I.C.

Em 27 de dezembro de 2016 a Unipar concluiu a aquisição e se tornou proprietária de 292.459.492 ações representativas de 70,59% do capital social votante e total da Solvay Indupa S.A.I.C. ("Indupa Argentina"), empresa argentina produtora de PVC e soda, após a implementação das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda de ações celebrado com a Solvay Argentina S.A. em 2 de maio de 2016 ("Contrato") e aprovação sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 7 de dezembro de 2016.

Em sua operação na Argentina, a Solvay Indupa S.A.I.C. possui uma planta localizada na cidade de Bahía Blanca com capacidade instalada para produção de 220 mil toneladas de PVC e 160 mil toneladas de soda. A empresa também é detentora de 58% do capital social total da Solalbán Energía S.A., empresa argentina que possui ativos de geração de energia em seu próprio país. Adicionalmente, a Indupa Argentina também detém ações representativas de 99,99% do capital social votante e total da Solvay Indupa do Brasil S.A ("Indupa Brasil"), proprietária de uma planta localizada na cidade de Santo André – SP, com capacidade de produção de 290 mil toneladas de PVC e 150 mil toneladas de soda.

Para a Unipar, a aquisição tem por objetivo fortalecer sua posição na fabricação de cloro, soda e outros produtos químicos derivados, além de integrar ao seu portfólio o negócio de Vinílicos (PVC), no Brasil e na Argentina.

Conforme estabelecido na legislação argentina, a Unipar lançou oferta pública para a aquisição de até a totalidade das demais ações representativas do capital da Solvay Indupa S.A.I.C. em circulação aprovada pela Comisión Nacional de Valores ("CNV"), iniciada em 23 de janeiro de 2017 e finalizada em 24 de fevereiro de 2017, com adesão à oferta de um total de 71.163.251 ações ordinárias representativas de 17,17% do capital, pago aos acionistas da controlada em 7 de março de 2017.

Outros investimentos

Adicionalmente a Unipar possui participação societária direta de 17,78% na Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S.A. ("Tecsis" ou "Coligada"), fabricante de pás para geradores de energia eólica.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Estas práticas que compreendem as disposições previstas na Lei nº 6.404/76, e suas alterações posteriores, os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela CVM, as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *Internacional Accounting Standars Board* ("IASB") e normas emitidas pela CVM. Em função da aquisição da

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto guando indicado de outra forma)

controlada Indupa Argentina, a Companhia está apresentando pela primeira vez em 31 de dezembro de 2016, demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações contábeis individuais da Unipar estão identificadas como "Controladora" e as demonstrações contábeis consolidadas estão identificadas como "Consolidado".

Na consolidação das demonstrações financeiras da controlada Indupa Argentina, adquirida em 27 de dezembro de 2016, a Administração optou por utilizar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 por considerar imaterial o efeito de receitas e resultados da controlada adquirida entre a data original da aquisição e o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, motivo pelo qual os resultados consolidados representam apenas o resultado da Controladora.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

2.1. Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

As transações em moeda estrangeira da Companhia são convertidas para reais utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações.

Os saldos das contas de balanço da Companhia são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado financeiro do período, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Conversão das demonstrações financeiras da Indupa Argentina

O balanço patrimonial da Indupa Argentina, incluído na consolidação, e as informações de receitas e resultados incluídos na nota explicativa 4, foram elaborados em pesos argentinos, que é sua moeda funcional e foram convertidos para reais conforme a seguir:

- Os saldos ativos e passivos foram convertidos à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2016.
- As contas de resultado foram convertidas pela taxa de câmbio médio em base trimestral:

2.2. Classificação de ativos e passivos segundo o grau de liquidez e exigibilidade

Ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorrerá nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. A única exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, que devem sempre ser classificados como não circulante, de acordo com o estabelecido no parágrafo 56 do pronunciamento técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

2.3. Uso de estimativas

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 3.

2.4. Demonstrações financeiras reapresentadas

Após a emissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que foram publicadas em 29 de março de 2016, a Companhia, em processo de mensuração dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos pelos respectivos valores justos, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, na aquisição da Solvay Indupa S.A.I.C ocorrida em 27 de dezembro de 2016, concluiu sobre a necessidade de efetuar um ajuste no montante de R\$ 385.287, decorrente da identificação da mais valia de ativo imobilizado da Companhia adquirida com consequente reflexo na apuração do ganho por compra vantajosa, na apuração de imposto de renda e contribuição social e do lucro líquido e na destinação de resultados. Adicionalmente, apresentou reclassificação entre contas do passivo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

| | | | | | | | em 31 de d | lezembro de 2016 |
|--|------|---------------------------------------|-----------------|-----------|-----------|-----|-------------------------|------------------|
| Balanço Patrimonial | • | Apresentado | o Anteriormente | | | | | Reapresentado |
| | Nota | Controladora | Consolidado | Ajustes | Ajustes | | Controladora | Consolidado |
| Ativo | • | , | | , | | | | , |
| Não circulante | | | | | | | | |
| Investimentos | 12 | 218.653 | 25.354 | 271.974 | - | (a) | 490.627 | 25.354 |
| Imobilizado | 13 | 896.971 | 1.533.362 | - | 385.287 | (a) | 896.971 | 1.918.649 |
| Passivo | | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | | |
| Empréstimos | 15 | (206.320) | (328.345) | - | 1.148 | (b) | (206.320) | (327.197) |
| Dividendos a pagar | 30 | (31.099) | (31.099) | (2.863) | (2.863) | (c) | (33.962) | (33.962) |
| Débito com terceiros | 20 | ` - | ` | ` _ | (1.148) | (b) | ` - | (1.148) |
| Não circulante | | | | | | | | |
| Empréstimos | 15 | (268.805) | (307.342) | - | 32.654 | (b) | (268.805) | (274.688) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 21 | (85.669) | (85.669) | (92.471) | (92.471) | (a) | (178.140) | (178.140) |
| Débito com terceiros | 20 | • | (410.782) | - | (32.654) | (b) | ` - | (443.436) |
| Patrimônio líquido | | | , , | | , , | | | , , |
| Reservas de lucros | 24 | (554.061) | (554.061) | (176.640) | (176.640) | (a) | (730.701) | (730.701) |
| Participação dos não controladores | | · · · · · · · · · · · · · · · · · · · | (91.098) | · | (113.313) | (a) | · · · · · · · · · · · · | (204.411) |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | 2016 |
| Demonstração do Resultado do Exercício | Nota | Apresentade | o Anteriormente | | | | | Reapresentado |
| | | Controladora | Consolidado | Ajustes | Ajustes | | Controladora | Consolidado |

| Demonstração do Resultado do Exercício | Nota | Apresentado Anteriormente | | | | Reapresentado | |
|--|------|---------------------------|-------------|----------|--------------|---------------|-------------|
| | · | Controladora | Consolidado | Ajustes | Ajustes | Controladora | Consolidado |
| Resultado na Combinação de Negócios | 4 | 244.036 | 244.036 | 271.974 | 271.974 (a) | 516.010 | 516.010 |
| Imposto de renda e contribuição social | 21 | (95.300) | (95.300) | (92.471) | (92.471) (a) | (187.771) | (187.771) |

| | | | | | | | 2016 |
|--|--------------|-----------------|-----------|-----------|-----|--------------|---------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | Apresentado | o Anteriormente | | | | | Reapresentado |
| | Controladora | Consolidado | Ajustes | Ajustes | | Controladora | Consolidado |
| Lucro líquido do exercício | 101.333 | 101.333 | 179.503 | 179.503 | (a) | 280.836 | 280.836 |
| Ajustes ao lucro líquido | | | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 48.273 | 48.273 | 92.471 | 92.471 | (a) | 140.744 | 140.744 |
| Resultado na Combinação de Negócios | (218.653) | (218.653) | (271.974) | (271.974) | (a) | (490.627) | (490.627) |

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

| | | | | | | 2016 |
|---|-----------------------------------|-----------------------------------|----------------------------------|--|------------------------------------|------------------------------------|
| Demonstrações do valor adicionado | Apresentado | Anteriormente | | | ı | Reapresentado |
| | Controladora | Consolidado | Ajustes | Ajustes | Controladora | Consolidado |
| Valor adicionado a distribuir Valor adicionado recebido em transferência Compra vantajosa | 244.036 | 244.036 | 271.974 | 271.974 (a) | 516.010 | 516.010 |
| Distribuição do valor adicionado Federais Dividendos Lucros retidos | (167.103) (24.067) (77.266) | (167.103) (24.067) (77.266) | (92.471) (2.863) (176.640) | (92.471) (a) (2.863) (a) (176.640) (a) | (259.574) (26.930) (253.906) | (259.574) (26.930) (253.906) |

⁽a) Ajuste a valor justo em combinação de negócios decorrente da mais valia de ativo imobilizado.

⁽b) Reclassificação entre empréstimos e débito com terceiros decorrente da aquisição da Solvay.

⁽c) Ajuste decorrente da mudança da proposta de distribuição de dividendos de lucro ajustado para lucro realizado em função do ajuste a valor justo em combinação de negócios decorrente da mais valia de ativo imobilizado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

2.5. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 03 de maio de 2017.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão a seguir definidas. Essas práticas vêm sendo aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo de alta liquidez. Tais ativos são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses recursos são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia e suas controladas.

3.2. Ativos financeiros

3.2.1. Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias:

- a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- b) Mantidos até o vencimento; e
- c) Empréstimos e recebíveis.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Em adição a esse valor são acrescidos os custos da transação, exceto para aqueles ativos financeiros classificados como mantidos para negociação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade desses ativos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

a) Valor justo por meio do resultado

São instrumentos mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos quando utilizados pela Companhia, mesmo tendo a finalidade de proteção aos riscos corporativos, também são classificados nesta categoria, pois não satisfazem os critérios para o *hedge accounting*. Os ativos dessa categoria são registrados pelo valor justo, sendo os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro".

b) Mantidos até o vencimento

São ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a entidade tenha intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A apropriação dos juros efetivos é incluída na demonstração de resultado, na rubrica "Resultado financeiro".

c) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, principalmente, contas a receber de clientes e demais contas a receber.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. A apropriação dos juros efetivos é incluída na demonstração de resultado, na rubrica "Resultado financeiro".

3.2.2. Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços de compra da data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares e a análise de fluxos de caixa descontados. As técnicas de avaliação fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da Unipar.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

3.2.3. Impairment de ativos financeiros

Para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e empréstimos e recebíveis, a Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment). Uma provisão para impairment é reconhecida na ocorrência de um ou mais eventos, após o reconhecimento inicial dos ativos, que possam afetar negativamente seus fluxos de caixa futuros estimados. O efeito negativo nesses fluxos de caixa deve ser estimado de maneira confiável.

Os principais indicadores usados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira que afete negativamente os fluxos de caixa esperados para o ativo; e
- Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente de seus fluxos de caixa futuros estimados. Na determinação destes fluxos de caixa, excluem-se os prejuízos de crédito futuro ainda não incorridos e é utilizada a taxa de desconto original dos ativos financeiros. No caso de empréstimos e recebíveis, a provisão para *impairment*, também chamada de provisão para créditos de liquidação duvidosa, é registrada quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de arrecadar todos os valores devidos na transação.

Se, em um período subsequente, uma melhoria nos indicadores apontar para a diminuição ou mesmo eliminação da perda por *impairment*, a reversão dessa perda registrada anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado.

3.2.4. Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse".

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

3.3. Estoques

São registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda, utilização na operação ou por ajuste a valores de mercado.

3.4. Tributos a recuperar

São registrados ao custo histórico e, se aplicável, corrigidos conforme a legislação vigente.

3.5. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e, se aplicável, corrigidos monetariamente conforme a legislação vigente.

Os depósitos judiciais feitos para garantir disputas nas quais a Companhia encontra-se no polo passivo e cuja probabilidade de perda da causa é provável encontram-se apresentados no grupo de provisões para demandas judiciais, como contas redutoras dos passivos constituídos. Os demais depósitos encontram-se classificados no ativo da Companhia

3.6. Combinações de negócios

São contabilizadas utilizando-se o método de aquisição. Compõem o custo de aquisição, o valor da contraprestação transferida, avaliada a valor justo, na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores nos ativos líquidos na adquirida. Para cada combinação de negócio, a Companhia avalia a participação de não controladores a valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa, quando incorridos.

Nas combinações de negócios, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Em toda a combinação de negócios, é feita a comparação de saldos entre a contraprestação transferida e o valor dos ativos identificáveis adquiridos, líquidos dos passivos assumidos. Se a contraprestação for menor do que o valor justo do acervo líquido adquirido, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Se for maior, o saldo deve ser reconhecido como ágio.

3.7. Ativos intangíveis de vida útil definida

Os principais ativos classificados nesta categoria referem-se aos softwares e representam os gastos diretamente associados ao seu desenvolvimento e são amortizados usando-se o método

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

linear, ao longo de suas vidas úteis. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

3.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada que é calculada pelo método linear durante a vida útil do ativo. Os custos de aquisição/construção incluem gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para seu uso. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) - Custo de Empréstimos.

3.9. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização. Tais ativos são testados anualmente para verificar se há evidências de perdas não recuperáveis (impairment) de seu valor. Para os ativos que estão sujeitos à amortização, o teste de impairment é feito sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O teste de *impairment* compara o valor contábil do ativo com seu valor recuperável. Este último é definido como o maior montante entre preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Quando o valor recuperável de um ativo é menor do que seu valor contábil, é constituída provisão para perdas, em contrapartida ao resultado do exercício. No caso do ágio, qualquer provisão para perdas constituída é irreversível. Para os demais ativos não financeiros, caso os testes indiquem que a provisão para *impairment* não é mais necessária, essa provisão pode ser revertida.

3.10. Passivos financeiros

3.10.1. Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias:

- a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado (para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial);
- b) Empréstimos e financiamentos.
- a) Valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto guando indicado de outra forma)

contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

b) Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.10.2. Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, substituída, cancelada, alterada ou expirar.

3.11. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, resultante de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar esta obrigação. Além dos pré-requisitos já citados, uma provisão deve ser constituída somente quando uma estimativa confiável do valor da saída de recursos puder ser preparada.

As provisões são registradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação, usando taxa de desconto antes dos efeitos de impostos sobre a renda, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.12. Benefícios aos empregados

3.12.1. Obrigações de aposentadoria

A Companhia opera planos de pensão nas modalidades de benefício definido e, também, de contribuição definida.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto guando indicado de outra forma)

eventuais benefícios futuros esperados pelos empregados. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

Um plano de benefício definido é um plano de pensão que estabelece um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método de crédito unitário projetado.

O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em "Outros resultados abrangentes".

3.12.2. Assistência médica pós-aposentadoria

A Companhia oferece a seus funcionários um benefício de plano de saúde pós-aposentadoria. O benefício é concedido quando, de forma cumulativa: (i) o funcionário tenha seu contrato de trabalho rescindido; e (ii) já esteja aposentado pela previdência oficial.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil utilizada para os planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes. Os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em "Outros resultados abrangentes".

3.12.3. Participação nos lucros

A Companhia provisiona o valor estimado da participação de empregados nos lucros, em contrapartida ao resultado do exercício. O cálculo da provisão leva em consideração as metas divulgadas aos colaboradores e os resultados atingidos pela Unipar.

3.13. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

São reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionados a itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou no patrimônio líquido, quando também são reconhecidos nestas rubricas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

3.13.1. Saldos correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes são registrados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

3.13.2. Saldos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (i) os prejuízos fiscais e bases negativas acumulados e (ii) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e determinados de acordo com a legislação e alíquotas vigentes.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelos órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados no balanço de forma líquida nas demonstrações individuais da Controladora e suas controladas incluídas na consolidação.

3.14. Reconhecimento da receita

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida (ou a receber) pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) os valores das receitas e dos custos podem ser mensurados com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão; e (iii) os riscos e benefícios associados a transação são substancialmente transferidos ao comprador.

3.15. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do dividendo mínimo obrigatório somente é provisionado na data de sua aprovação, em Assembleia Geral de Acionistas, ou na data de seu pagamento, se for anterior.

3.16. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em coligadas e controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. O valor contábil desses investimentos inclui o desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial, ágio e deságio.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto guando indicado de outra forma)

Nas demonstrações financeiras consolidadas as controladas são integralmente consolidadas e a participação de não controladores é apresentada nas demonstrações contábeis consolidadas como parte integrante do patrimônio líquido, assim como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado. Em 2015 não havia demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que a controlada Solvay foi adquirida apenas durante o exercício de 2016. Vide nota explicativa 1.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são consolidadas a partir da data em que controle foi obtido.

Quando necessário, as demonstrações contábeis de suas controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados.

3.17. Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são a seguir apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

<u>IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (vigência a partir de 01/01/2018)</u> - tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.

<u>IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes (vigência a partir de 01/01/2018)</u> - o principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Alterações à IAS 7 - Iniciativa de divulgação (01/01/2017) - as alterações à IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa fazem parte da iniciativa de divulgação do IASB e exigem que uma entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores.

<u>Alterações à IAS 12 – (01/01/2017)</u> - as alterações esclarecem que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, as

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto guando indicado de outra forma)

alterações fornecem orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil. Essas alterações devem ser aplicadas retrospectivamente. Contudo, na adoção inicial das alterações, a mudança no patrimônio líquido inicial do período comparativo mais antigo pode ser reconhecida nos lucros acumulados iniciais (ou em outro componente do patrimônio líquido, conforme o caso), sem alocação da mudança entre os lucros acumulados iniciais e outros componentes do patrimônio líquido. As entidades que adotarem essa isenção devem divulgar tal fato. A expectativa é que não ocorra nenhum impacto sobre a Companhia como resultado dessas alterações.

A Companhia pretende adotar tais normas quando estas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas informações contábeis que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Considerando as atuais operações da Companhia, a Administração não espera que essa alteração tenha um efeito relevante sobre as informações contábeis intermediárias a partir de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. Combinação de negócios

Aguisição as Solvay Indupa S.A.I.C

Em 27 de dezembro de 2016 a Unipar concluiu a aquisição de 70,59% do capital social votante e total da Solvay Indupa S.A.I.C. ("Indupa Argentina"). Para contabilização da combinação de negócios, a Companhia optou por aplicar o método de aquisição previsto no CPC 15 (R1) que estabelece que a adquirente identifique o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos à data de aquisição.

Na data da aquisição a Companhia mensurou os seguintes ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos pelos respectivos valores justos, bem como a participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional atual nos montantes reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

| | Apresentado | (a) | Reapresentado |
|--|-------------|-----------|---------------|
| Ativo | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 185.514 | - | 185.514 |
| Contas a receber de clientes | 287.642 | - | 287.642 |
| Impostos a recuperar | 45.400 | - | 45.400 |
| Estoques | 195.865 | - | 195.865 |
| Impostos diferidos | 11.586 | - | 11.586 |
| Outros ativos circulantes e não circulantes | 40.120 | - | 40.120 |
| Investimentos | 25.354 | - | 25.354 |
| Imobilizado | 636.391 | 385.287 | 1.021.678 |
| Intangível | 9.172 | | 9.172 |
| | 1.437.044 | 385.287 | 1.822.331 |
| Passivo | | | |
| Fornecedores | (239.744) | - | (239.744) |
| Empréstimos | (571.344) | - | (571.344) |
| Salários, encargos sociais e benefícios aos | | | |
| empregados | (99.845) | - | (99.845) |
| Energia Elétrica | (83.694) | - | (83.694) |
| Provisão ambiental | (60.134) | - | (60.134) |
| Demandas judiciais | (19.724) | - | (19.724) |
| IR e CSLL e outros impostos a pagar | (33.089) | - | (33.089) |
| Outros passivos circulantes | (19.719) | | (19.719) |
| | (1.127.293) | - | (1.127.293) |
| Ativos e passivos líquidos a valor justo | 309.751 | 385.287 | 695.038 |
| Participação de não controladores ajustes de aquisição | (91.098) | (113.313) | (204.411) |
| Ajuste de preço de aquisição Valor justo da contraprestação transferida | 25.383 - | - | 25.383 |
| Ganho por compra vantajosa | 244.036 | 271.974 | 516.010 |
| | | | |

⁽a) Ajuste a valor justo em combinação de negócios decorrente da mais valia de ativo imobilizado.

O valor de R\$ 25.383, recebido em dinheiro pela Unipar é referente a valor preliminar pago pela vendedora a título de ajuste do preço inicial de aquisição decorrente de ajustes de dívida líquida e capital de giro que deveriam ser apresentados pela Solvay Indupa S.A.I.C na data de aquisição e que não foram atingidos e está em processo de reavaliação podendo ser alterado...

O ganho por compra vantajosa se justifica pelo contexto de mercado e clara intenção de saída do segmento pela vendedora, combinada com a intenção frustrada de venda anterior do negócio, resultando numa situação de venda forçada, na qual o vendedor é compelido a agir dessa forma para realização de seus propósitos. O ganho, líquido dos impostos diferidos, é de R\$ 340.566.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos diretamente relacionados a esta aquisição, reconhecidos no resultado como despesas administrativas totalizaram R\$ 10.550. Caso a combinação de negócio tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2016, o incremento na receita de operações continuadas teria sido de R\$ 2.015.655 e a redução no resultado do exercício teria sido de R\$ 137.423.

5. Caixa e equivalentes de caixa

| | | Controladora | Consolidado |
|---|---------|--------------|-------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 |
| Caixa e bancos | 130.849 | 3.282 | 218.825 |
| Certificado de Depósitos Bancários (CDBs) | 66.983 | 123.667 | 164.521 |
| | 197.832 | 126.949 | 383.346 |

O saldo de caixa e bancos refere-se preponderantemente a operação de *Time Deposit* oferecida como garantia à fiança emitida na aquisição da Indupa Argentina, liquidada no inicio de janeiro de 2017.

6. Aplicações financeiras

| | | Controladora | Consolidado |
|---|----------|--------------|-------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 |
| Mantidos para negociação | | | |
| Cotas de Fundos de Investimentos | 89.261 | 89.118 | 89.261 |
| | 89.261 | 89.118 | 89.261 |
| Mantidos até o vencimento | | | |
| Certificado de Depósitos Bancários - CDBs | - | - | 7.351 |
| Debêntures Tecsis | - | 33.555 | - |
| | - | 33.555 | 7.351 |
| | 89.261 | 122.673 | 96.612 |
| Circulante | 89.261 | 95.492 | 96.612 |
| Não Circulante | <u> </u> | 27.181 | - |

<u>Debêntures Tecsis</u>

Estes instrumentos financeiros foram adquiridos da Coligada em 10 de junho de 2015, como resultado da reestruturação de capital da Tecsis. O valor emitido pela Coligada foi de R\$ 38.000. Tratam-se de títulos quirografários, não conversíveis em ações, corrigidos pelo IPCA e com remuneração de juros adicionais de 8% a.a. Inicialmente, o cronograma de amortização destes instrumentos financeiros seria o seguinte:

- 20% do valor nominal atualizado em 10 de dezembro de 2015;
- 20% do valor nominal atualizado em 10 de junho de 2016; e
- saldo total remanescente em 10 de junho de 2017.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

A primeira amortização foi paga pela Tecsis de acordo com o cronograma estabelecido inicialmente. Contudo, a segunda parcela, a ser amortizada em 10 de junho de 2016, não foi integralmente paga. A Coligada amortizou R\$ 564 dos R\$ 6.743 devidos.

A Unipar, através de Assembleia Geral de debenturistas realizada em 22 de junho de 2016, renunciou ao direito de cobrança de pagamento de principal, multa, juros, declaração do vencimento antecipado e demais direitos que detém nas debêntures em decorrência do não pagamento integral da amortização. Adicionalmente, repactuou o cronograma de amortização dos instrumentos financeiros da seguinte forma:

- 50% do valor nominal atualizado em 15 de dezembro de 2016; e
- saldo total remanescente em 10 de junho de 2017.

Na repactuação, os critérios de atualização monetária e juros adicionais não foram alterados.

Em 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração da Unipar ratificou a repactuação aprovada na Assembleia Geral de debenturistas, contudo a parcela de amortização prevista para 15 de dezembro de 2016 não foi liquidada.

Devido a atual dificuldade financeira e de mercado com reflexos no desempenho econômico da Tecsis, conforme descrito na nota explicativa 12 a Companhia, atendendo as normas requeridas pelo CPC e CVM, constituiu uma provisão para perda de valor recuperável dessa debênture, pelo seu valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 37.990, contabilizado no resultado do exercício de 2016 no resultado financeiro. O efeito líquido de imposto de renda e contribuição social é de R\$ 25.073.

7. Contas a receber de clientes

| | | Controladora | Consolidado |
|--|----------|--------------|-------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 |
| Clientes nacionais | 101.894 | 105.256 | 457.407 |
| Clientes no exterior | - | 102 | 55.239 |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | (13.206) | (13.151) | (136.828) |
| <u> </u> | 88.688 | 92.207 | 375.818 |
| Circulante | 88.688 | 91.754 | 353.207 |
| Não circulante | <u> </u> | 453 | 22.611 |
| | | | |

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015

(em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

A composição das contas a receber de clientes, por vencimento, é a seguinte:

| nsolidado |
|-----------|
| 2016 |
| 370.500 |
| |
| 5.657 |
| 522 |
| 135.967 |
| 512.646 |
| (136.828) |
| 375.818 |
| |

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") para contas a receber de clientes é a seguinte:

| | | Controladora | Consolidado |
|------------------------|--------|--------------|-------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 |
| Saldo inicial | 13.151 | 14.188 | 13.151 |
| Combinação de negócios | - | - | 123.622 |
| Adições | 770 | 2.037 | 770 |
| Reversões | (715) | (3.074) | (715) |
| Saldo Final | 13.206 | 13.151 | 136.828 |

As adições e reversões da PCLD são registradas no resultado como "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas". Os valores da provisão são baixados, em conjunto com as contas a receber correspondentes, quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

8. Impostos a recuperar

| | | Controladora | Consolidado |
|----------------------------|--------|--------------|-------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 |
| IRRF/ IRPJ a recuperar | 7.546 | 10.054 | 16.072 |
| ICMS e equivalentes (IVA) | 7.340 | 5.223 | 38.062 |
| PIS e COFINS | 3.422 | 3.242 | 4.260 |
| Restituições a exportações | - | - | 5.133 |
| Outros | 1.968 | 4.231 | 2.149 |
| - | 20.276 | 22.750 | 65.676 |
| Circulante | 15.481 | 19.310 | 48.483 |
| Não circulante | 4.795 | 3.440 | 17.193 |

IRRF/ IRPJ: Corresponde basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e a antecipações de imposto de renda e contribuição social pagos por estimativa, realizável mediante compensação com imposto de renda e contribuição social a pagar sobre os lucros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

<u>ICMS</u>: Referem-se a créditos provenientes de aquisições de ativo imobilizado, os quais estão reconhecidos no ativo circulante e não circulante.

<u>PIS e COFINS:</u> Referem-se basicamente a valores relacionados ao alargamento da base de cálculo destes impostos no período de 1999 a 2004 e à majoração da alíquota da COFINS de 2% para 3%. Esses saldos estão vinculados a uma demanda judicial relacionados ao mandado de segurança impetrado pela Unipar visando a contestar a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98. No passivo, há provisão para esta demanda judicial cujo valor cobre substancialmente eventuais perdas relacionadas ao ativo registrado.

<u>Restituições a exportações:</u> Refere-se a restituição de impostos alfandegários cobrados pela importação da matéria-prima utilizada na fabricação do produto exportado.

9. Estoques

| | | Controladora | Consolidado |
|-----------------------------------|--------|--------------|-------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 |
| Matérias-primas | 15.919 | 10.164 | 54.963 |
| Produtos em processo | 2.319 | 4.589 | 15.830 |
| Produtos acabados | 2.913 | 6.669 | 103.887 |
| Provisão para desvalorização | - | (3.126) | (894) |
| Materiais auxiliares e embalagens | 2.380 | 2.945 | 6.142 |
| Materiais de manutenção e reparos | 24.404 | 20.186 | 63.872 |
| <u> </u> | 47.935 | 41.427 | 243.800 |
| Circulante | 30.184 | 26.644 | 204.060 |
| Não circulante | 17.751 | 14.783 | 39.740 |

Os materiais de manutenção e reposição são itens mantidos para assegurar a continuidade das operações das plantas em caso de avarias eventuais nas máquinas e equipamentos da produção e em função do giro são classificados como circulante ou não circulante.

10. Depósitos judiciais

Composição dos depósitos judiciais

| | | Consolidado | |
|----------------|--------|-------------|--------|
| | 2016 | 2015 | 2016 |
| Tributários | 47.499 | 44.230 | 47.499 |
| Trabalhistas | 982 | 5.257 | 982 |
| | 48.481 | 49.487 | 48.481 |
| | | | |
| Não circulante | 48.481 | 49.487 | 48.481 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos depósitos judiciais

| Controladora | 2015 | Baixas | Transferência. para depósitos judiciais | Atualização monetária | 2016 |
|--------------|--------|---------|---|--------------------------|--------|
| Tributários | 44.230 | - | - | 3.269 | 47.499 |
| Trabalhistas | 5.257 | (1.109) | (3.360) | 194 | 982 |
| | 49.487 | (1.109) | (3.360) | 3.463 | 48.481 |

Na Controladora o montante dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2016 é composto, principalmente, pelos processos tributários, a seguir descritos:

a) PER/DCOMPS não homologadas pela Receita Federal

R\$ 24.661 (R\$ 22.848 em 31 de dezembro de 2015) para garantir disputa de causa de natureza passiva com probabilidade de perda avaliada pelos consultores jurídicos como remota.

b) Goyana S.A. Indústrias de Matérias Plásticas ("Goyana")

R\$12.586 (R\$ 11.611 em 31 de dezembro de 2015) de três causas de sua ex-controlada Goyana onde a Companhia é colocada no polo passivo e solicita sua exclusão

c) Diferença de alíquota PIS e COFINS

R\$ 7.710 (R\$ 7.406 em 31 de dezembro de 2015) para garantir disputa de causa relativa a majoração de alíquota de PIS e COFINS com probabilidade de perda avaliada pelos consultores jurídicos como possível.

d) CSLL

R\$ 1.569 (R\$ 1.426 em 31 de dezembro de 2015) para garantir disputa de causa relativa a cobrança de débito de CSLL com probabilidade de perda avaliada pelos consultores jurídicos como remota.

11. Partes Relacionadas

a) Transações e saldos

A Controladora e a sua controlada indireta Indupa Brasil, adquirida em 27 de dezembro de 2016, realizam entre si operações comerciais e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados atendem aos seus interesses e é objetivo permanente da Administração da Unipar assegurar que tais contratos apresentem termos e condições tão favoráveis às Companhias como os que poderiam celebrar com quaisquer outros terceiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

As transações comerciais entre a Controladora e suas controladas ocorridas a partir de 27 de dezembro de 2016, data da aquisição, e os saldos de balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 estão a seguir apresentados:

| | | | | Saldos | Т | ransações |
|---|------------------------------|---------------------------------|-----------------------------|--------------|--------|-----------|
| | Contas a receber de clientes | Outros ativos circulantes | Outros passivos circulantes | Fornecedores | Vendas | Compras |
| Na Controladora Controlada direta - Indupa Argentina Controlada indireta - Indupa | - | - | 614 | - | - | - |
| Brasil | 424 | - | - | 88 | 424 | 88 |
| No Consolidado Controlada em conjunto - Solalban | - | 2.686 | - | 34.243 | - | - |

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga a esses membros está a seguir demonstrada:

| | | Controladora |
|---|--------|--------------|
| | 2016 | 2015 |
| Benefícios de curto prazo à Administração | 11.625 | 10.674 |
| | 11.625 | 10.674 |

c) Financiamento a coligada

As debêntures adquiridas da coliga Tecsis descritas na nota explicativa 6 teve por objetivo financiar sua reestruturação de capital.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos

| | | Controladora | Consolidado |
|--|-----------------|--------------|-----------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 |
| | (Reapresentado) | | (Reapresentado) |
| Investimento em controladas e coligada | 218.653 | (29.181) | 25.354 |
| Mais Valia de ativos e passivos | 271.974 | 44.848 | - |
| Ágio por expectativa de rentabilidade futura | - | 18.935 | - |
| Tributos diferidos sobre Mais Valia e Ágio | | (12.542) | |
| | 490.627 | 22.060 | 25.354 |

Informações sobre os investimentos

| Investidas | Participação | % Participação | Lucro líquido (Prejuízo) | Capital Social | Patrimônio Líquido | Passivo a descoberto Ajustado | |
|------------------|--------------|----------------|--------------------------------|-------------------|-----------------------|-------------------------------------|-----|
| Em controladas | | | | | | | |
| Indupa Argentina | Direta | 70,59 | (181.831) | 85.135 | 265.994 | - | |
| Indupa Brasil | Indireta | 70,59 | (35.945) | 266.921 | 57.063 | - | |
| Solalban | Em conjunto | 40,94 | 2.703 | 35.808 | 43.381 | - | |
| Em coligada | | | | | | | |
| Tecsis | Direta | 17,78 | (126.066) | 356.265 | (87.589) | (559.050) | (1) |

⁽¹⁾ Por não ser empresa de capital aberto, a Tecsis não utiliza todos os parâmetros da Instrução CVM nº 371/02 para determinar o valor recuperável de seu ativo fiscal diferido. De modo a uniformizar as práticas contábeis da Tecsis com as da Unipar, são realizados ajustes para adequar as informações recebidas da Coligada à referida instrução.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos investimentos - Controladora

| | | | Equivalênc | ia patrimonial | | | |
|---|---------------------------------------|--------|-----------------|-----------------------------|------------------------------|--------------------------|---------------------------------------|
| | Saldo em 31 de dezembro de 2014 | Adição | No resultado | No patrimônio Líquido | Amortização / Recebimento | Perda de participação | Saldo em 31 de dezembro de 2015 |
| Tecsis | | | | | | | |
| Investimento em controladas e coligada | (6.981) | 8.694 | (18.201) | (12.693) | - | - | (29.181) |
| Mais Valia de ativos e passivos | 70.664 | - | - | - | (5.758) | (20.058) | 44.848 |
| Ágio por expectativa de rentabilidade futura | 26.897 | - | - | - | - | (7.962) | 18.935 |
| Tributos diferidos sobre Mais Valia e Ágio | (24.026) | - | - | - | 1.958 | 9.526 | (12.542) |
| ŭ | 66.554 | 8.694 | (18.201) | (12.693) | (3.800) | (18.494) | 22.060 |

| | | | Equivalênci | a patrimonial | | | | | |
|---|---------------------------------------|---------------------------|-----------------|-----------------------------|------------------------------|---------------------------|---------------|-----|--|
| | Saldo em 31 de dezembro de 2015 | Adição (Reapresentado) | No resultado | No patrimônio Líquido | Amortização / Recebimento | Provisão para perda | Transferência | | Saldo em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado) |
| Indupa Argentina Investimento em controladas e coligada | - | 218.653 | - | - | - | - | - | | 218.653 |
| Mais Valia de ativos e passivos | | 297.357 | | | (25.383) | (4) | | _ | 271.974 |
| | | 516.010 | | | (25.383) | | | _ | 490.627 |
| Tecsis | | | | | | | | | |
| Investimento em controladas e coligada | (29.181) | - | (75.431) | 5.213 | - | - | 99.399 | (2) | - |
| Mais Valia de ativos e passivos | 44.848 | - | - | - | (4.900) | (39.948) | - | | - |
| Ágio por expectativa de rentabilidade futura | 18.935 | - | - | - | - | (18.935) | - | | - |
| Tributos diferidos sobre Mais Valia e Ágio | (12.542) | - | - | - | 1.666 | 20.021 | (9.145) | (3) | - |
| - | 22.060 | | (75.431) | 5.213 | (3.234) | (38.862) | 90.254 | | - |
| Total | 22.060 | 516.010 | (75.431) | 5.213 | (28.617) | (38.862) | 90.254 | | 490.627 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos investimentos - Consolidado

| | | | Equivalênd | cia patrimonial | | | | |
|--|---------------------------------------|------------------|-----------------|-----------------------------|------------------------------|------------------------|---------------|---------------------------------------|
| | Saldo em 31 de dezembro de 2015 | Adição | No resultado | No patrimônio Líquido | Amortização / Recebimento | Provisão para perda | Transferência | Saldo em 31 de dezembro de 2016 |
| Indupa Argentina Mais Valia de ativos e passivos | | 25.383 25.383 | | <u>-</u> | (25.383) (25.383) | (4) | <u> </u> | <u> </u> |
| Solalban Investimento em controladas e coligada | | 25.354 25.354 | | | | | | 25.354 25.354 |
| (*)Tecsis Investimento em controladas e | | | | | | | | |
| coligada Mais Valia de ativos e passivos Ágio por expectativa de | (29.181) 44.848 | - | (75.431) - | 5.213 | (4.900) | (39.948) | 99.399 | - |
| rentabilidade futura Tributos diferidos sobre Mais | 18.935 | - | - | - | - | (18.935) | - | - |
| Valia e Ágio | (12.542) | | | | 1.666 | 20.021 | (9.145) | |
| | 22.060 | | (75.431) | 5.213 | (3.234) | (38.862) | 90.254 | |
| Total | 22.060 | 50.737 | (75.431) | 5.213 | (28.617) | (38.862) | (1) 90.254 | 25.354 |

(1) A investida Tecsis iniciou um processo de reestruturação operacional para readequar suas operações às condições adversas de mercado. Essa reestruturação tem como objetivos principais a simplificação da estrutura de gestão e adequação de custos para novos volumes de produção com implementação de ações de redução de custos fixos e operacionais, racionalização de plantas produtivas e redução nos ciclos de produção. A conclusão desse plano de reestruturação está prevista para o fim do primeiro semestre de 2017. Atualmente a Tecsis apresenta insuficiência de capital circulante liquido decorrente, principalmente, da retração econômica, bem como de fatores alheios ao seu controle, em especial no que concerne à renovação de importantes contratos com determinados clientes com reflexos nas suas operações que vem apresentando recorrentes prejuízos. A atual dificuldade financeira e de mercado com reflexos no desempenho econômico da Tecsis requereu que a Companhia, atendendo as normas emitidas pelo CPC e CVM, constituísse uma provisão para perda dos valores registrados como Ágio e Mais Valia de ativos decorrentes da combinação de negócios quando da aquisição de participação acionária da Tecsis no montante de R\$ 58.883, contabilizado no resultado do exercício de 2016 na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". O efeito líquido de imposto de renda e contribuição social é de R\$ 38.862.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

- (2) Após reduzido a zero, perdas adicionais foram geradas e um passivo foi constituído transferindo-se o saldo contábil de investimentos para a rubrica de "Outros passivos não circulantes", conforme evidenciado na nota explicativa 19.
- (3) A provisão para ajuste ao valor recuperável do Ágio não alocado na aquisição do investimento requereu o reconhecimento de ativo diferido de IR e CSLL que anteriormente era apresentado de forma liquida na rubrica de "Investimentos". Após o investimento ser reduzido a zero, transferiu-se o valor destes impostos para a conta do ativo que abriga os impostos desta natureza.
- (4) Valor inicial de ajuste de preço de aquisição recebido do vendedor.

13. Imobilizado

| | Taxa de d | epreciação | | | | |
|----------------------------|-----------|------------|-----------|--------------------------|---------|---------|
| Controladora | | anual | | | | Líquido |
| | 2016 | 2015 | Custo | Depreciação acumulada | 2016 | 2015 |
| | 2010 | 2013 | | acumulaua | | |
| Terrenos | - | - | 247.550 | - | 247.550 | 247.550 |
| | 3,45% a | 3,45% a | | | | |
| Edificações e Construções | 6,67% | 6,67% | 148.055 | (52.773) | 95.282 | 97.745 |
| Equipamentos e Instalações | 5% a 6% | 5% a 6% | 1.116.352 | (588.427) | 527.925 | 501.544 |
| Veículos | 20% | 20% | 1.272 | (1.034) | 238 | 401 |
| Móveis e Utensílios | 10% | 10% | 11.949 | (9.401) | 2.548 | 3.052 |
| Demais bens | 10% | 10% | 12.498 | (7.846) | 4.652 | 3.659 |
| Imobilizado em andamento | | | 18.776 | | 18.776 | 45.940 |
| | | | 1.556.452 | (659.481) | 896.971 | 899.891 |

| Consolidado | Taxa de d | epreciação anual | | | | Líquido |
|----------------------------|-----------|---------------------|--------------------------|--------------------------|-------------------------|---------|
| | 2016 | 2015 | Custo (Reapresentado) | Depreciação acumulada | 2016 (Reapresentado) | 2015 |
| Terrenos | - | - | 285.976 | - | 285.976 | 247.550 |
| | 3,33% a | 3,45% a | | | | |
| Edificações e Construções | 6,67% | 6,67% | 444.857 | (177.042) | 267.815 | 97.745 |
| Equipamentos e Instalações | 5% a 10% | 5% a 6% | 2.995.649 | (1.697.168) | 1.298.481 | 501.544 |
| Veículos | 20% | 20% | 5.215 | (4.102) | 1.113 | 401 |
| Móveis e Utensílios | 10% | 10% | 36.825 | (32.626) | 4.199 | 3.052 |
| Demais bens | 10% | 10% | 12.498 | (7.846) | 4.652 | 3.659 |
| Imobilizado em andamento | - | | 56.413 | | 56.413 | 45.940 |
| | | | 3.837.433 | (1.918.784) | 1.918.649 | 899.891 |
| | | | | | | |

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do ativo imobilizado

| Controladora | 2014 | Adições líquidas de transferências | Baixas | Depreciaçã | io 2015 | |
|----------------------------|---------|---------------------------------------|-------------------------------|------------|-----------------|-------------------------|
| Terrenos | 247.550 | - | | | - 247.550 | - |
| Edificações e Construções | 100.979 | 698 | (47) | (3.88 | | |
| Equipamentos e Instalações | 514.496 | 23.408 | (808) | (35.54 | -, | |
| Veículos | 602 | 87 | (57) | (23 | , | |
| Móveis e Utensílios | 3.782 | 68 | (9) | (78 | | |
| Demais bens | 4.210 | 14 | (5) | (55 | 9) 3.660 | |
| Imobilizado em andamento | 37.272 | 8.664 | - | (| - 45.936 | |
| | 908.891 | 32.939 | (926) | (41.01 | _ | - |
| | | Adições líquidas | | | | |
| Controladora | 2015 | de transferência | <u>Baixas</u> | Depreciaçã | io 2016 | - |
| Terrenos | 247.550 | - | - | | 247.550 | |
| Edificações e Construções | 97.745 | 1.450 | - | (3.91 | , | |
| Equipamentos e Instalações | 501.547 | 63.539 | (27) | (37.13 | , | |
| Veículos | 399 | 61 | - | (22 | | |
| Móveis e Utensílios | 3.054 | 210 | (24) | (69 | , | |
| Demais bens | 3.660 | 1.528 | (32) | (50 | , | |
| Imobilizado em andamento | 45.936 | (27.160) | | | <u>- 18.776</u> | _ |
| | 899.891 | 39.628 | (83) | (42.46 | 5) 896.971 | _ |
| | | Combinação de | Adições | | | |
| Consolidado | 2015 | negócios (Reapresentado) | líquidas de transferências | Baixas | Depreciação | 2016 (Reapresentado) |
| Terrenos | 247.550 | 38.426 | - | - | - | 285.976 |
| Edificações e Construções | 97.745 | 172.533 | 1.450 | - | (3.913) | 267.815 |
| Equipamentos e Instalações | 501.547 | 770.556 | 63.539 | (27) | (37.134) | 1.298.481 |
| Veículos | 399 | 875 | 61 | - | (222) | 1.113 |
| Móveis e Utensílios | 3.054 | 1.651 | 210 | (24) | (692) | 4.199 |
| Demais bens | 3.660 | - | 1.528 | (32) | (504) | 4.652 |
| Imobilizado em andamento | 45.936 | 37.637 | (27.160) | | <u>-</u> _ | 56.413 |
| | 899.891 | 1.021.678 | 39.628 | (83) | (42.465) | 1.918.649 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos seus imobilizados de acordo com o requerido pelo CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, e não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação. Também não houve mudança de estimativa na vida útil dos bens incluídos no ativo imobilizado da Companhia e suas controladas.

14. Intangível

| | | | | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------|------------------------------|------|---------|--------------|------------------------------|-------------|--|
| | Taxa anual de amortização | | | Líquido | Taxa anual de amortização | Líquido | |
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 | 2016 | 2016 | |
| Ágio Direito de uso de | - | - | 273.025 | 273.025 | - | 281.962 | |
| Software | 20% | 20% | 8.868 | 12.105 | 20% | 9.103 | |
| | | | 281.893 | 285.130 | | 291.065 | |

Movimentação do intangível amortizável

| Controladora Direito de uso de Software | 2015 12.105 | Adições 126 | Amortizaç (3.5 | 2016 363) 8.868 | - |
|--|--------------------|---------------------------|-------------------|------------------------|-------|
| Consolidado | 2015 | Combinação de negócios | Adições | Amortizações | 2016 |
| Direito de uso de Software | 12.105 | 235 | 126 | (3.363) | 9.103 |

Na controladora

No exercício de 2013, a Unipar Participações S.A, atual Unipar Carbocloro S.A., adquiriu participação adicional de 50% no capital da Carbocloro Indústrias Químicas Ltda ("Carbocloro"). Tendo em vista que a Unipar Participações S.A. já detinha outros 50% do capital da Carbocloro na data desta aquisição, a combinação de negócios foi tratada como uma combinação em estágios apurando um ágio total no montante de R\$ 273.025, composto de R\$ 77.174 relativo à compra de participação adicional e de R\$ 195.851 relacionado à reavaliação da participação já detida. Tais saldos não são amortizados e só podem ser reduzidos pela venda do ativo relacionado ou por *impairment*.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil de seus intangíveis de acordo com o requerido CPC 01 (R1) - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", e não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos e financiamentos

| | | | Controladora | Consolidado |
|-------------------------------------|-------|---------|--------------|-----------------|
| | Moeda | 2016 | 2015 | 2016 |
| | | | | (Reapresentado) |
| Em moeda nacional | | | | |
| Debêntures (CDI + 2,00% a.a.) (1) | R\$ | 361.418 | 467.769 | 361.418 |
| Empréstimo (CDI + 1,20% a.a.) (2) | R\$ | 83.933 | 83.842 | 83.933 |
| Capital de giro (30,0% a.a.) | AR\$ | - | - | 27.146 |
| Capital de giro (CDI + 5,80% a.a.) | R\$ | - | - | 24.400 |
| Capital de giro (CDI + 5,30% a.a.) | R\$ | - | - | 20.065 |
| Capital de giro (27,7% a.a.) | AR\$ | - | - | 18.942 |
| BNDES (TJLP + 2,17% a.a.) (3) | R\$ | 16.417 | 18.832 | 16.417 |
| Capital de giro (21,4% a.a.) | AR\$ | - | - | 10.151 |
| BNDES (SELIC + 2,36% a.a.) (3) | R\$ | 8.979 | 6.782 | 8.979 |
| Capital de giro (CDI + 6,45% a.a.) | R\$ | - | | 8.586 |
| BNDES (TJLP + 1,40% a.a.) (3) | R\$ | - | - | 6.545 |
| Desconto de duplicatas (2,01% a.m.) | R\$ | - | - | 4.795 |
| Capital de giro (CDI + 4,03% a.a.) | R\$ | - | - | 2.644 |
| Capital de giro (24% a.a.) | AR\$ | - | - | 1.752 |
| BNDES (2,50% a.a.) (3) | R\$ | - | - | 1.734 |
| Em moeda estrangeira | | | | |
| BNDES (2,56% a.a.) (3) | US\$ | 4.378 | 8.107 | 4.378 |
| | | 475.125 | 585.332 | 601.885 |
| Circulante | | 206.320 | 129.908 | 327.197 |
| Não circulante | | 268.805 | 455.424 | 274.688 |

- (1) Debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas em novembro de 2013 para a aquisição dos 50% de participação adicional no capital da Carbocloro, garantidas por cessão fiduciária da totalidade dos valores referentes às distribuições de dividendos, juros sobre capital próprio, ou quaisquer outras formas de distribuição de resultados devidas pela Companhia aos acionistas Frank Geyer Abubakir, Maria Soares de Sampaio Geyer, e Vila Velha S.A. Administração e Participações.
- (2) Captação destinada a reforçar a posição de caixa da Companhia com vencimento em fevereiro de 2017.
- (3) Captações destinadas à modernização da planta em Cubatão e são garantidas por terrenos, bem como pelas edificações e equipamentos da Companhia que são superiores ao valor total do empréstimo.

O cronograma de pagamento desses empréstimos e financiamento é o seguinte:

| | Controladora | Consolidado |
|------|--------------|-----------------|
| | 2016 | 2016 |
| | | (Reapresentado) |
| 2017 | 206.320 | 327.197 |
| 2018 | 109.154 | 110.603 |
| 2019 | 103.755 | 106.014 |
| 2020 | 53.155 | 54.605 |
| 2021 | 2.741 | 3.466 |
| | 475.125 | 601.885 |
| | | |

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto guando indicado de outra forma)

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos e financiamentos são os seguintes:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|-------------------------------------|----------------|---------|-------------|-------------|----------|-------------|
| | | | | | Valor | |
| | Valor contábil | | Valor Justo | | contábil | Valor Justo |
| | 2016 | 2015 | 2016 | 2015 | 2016 | 2016 |
| | | | | | (Reapr | esentado) |
| Financiamentos em moeda nacional | 470.747 | 577.225 | 475.284 | 578.285 | 597.507 | 602.044 |
| Financiamentos em moeda estrangeira | 4.378 | 8.107 | 4.378 | 8.107 | 4.378 | 4.378 |
| | 475.125 | 585.332 | 479.662 | 586.392 | 601.885 | 606.422 |

Certos empréstimos e financiamentos apresentam cláusulas que estabelecem o atendimento de determinados indicadores financeiros (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia estava adimplente com o atendimento dessas cláusulas.

16. Energia elétrica

A Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil possuem contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica, na condição de consumidor livre. Tais contratos, além de englobarem o preço da energia efetivamente contratada, contêm encargos estabelecidos no âmbito governamental. Um destes encargos refere-se à Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e seu valor é determinado anualmente pelo Governo Brasileiro.

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2015 a julho de 2016 indicava alta majoração deste encargo, o que levou a Companhia, a Indupa Brasil e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança da CDE com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de processo judicial patrocinado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres ("ABRACE").

No início do 3º trimestre de 2015, a ABRACE obteve liminar indicando que, enquanto o processo encontrar-se em julgamento, os consumidores livres que questionaram o valor deveriam ser cobrados por valores menores do que aqueles inicialmente estipulados. A Companhia e a Indupa Brasil provisionam integralmente os valores inicialmente estipulados, mas efetuam os pagamentos apenas dos montantes previstos na liminar de acordo com o faturamento do fornecedor (CTEEP).

A publicação inicial do valor da CDE relativa ao período de agosto de 2016 a julho de 2017 também indicou valores que, segundo a ABRACE, estão acima dos considerados corretos pela associação. Sendo assim, a ABRACE também questionou judicialmente as futuras cobranças do encargo com seu novo valor e obteve liminar favorável nos mesmos moldes da liminar obtida para as cobranças relativas ao período de agosto de 2015 a julho de 2016. Em 31 de dezembro de 2016 não houve alteração no andamento dos respectivos processos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

17. Demandas judiciais

A Companhia e suas controladas, suportadas pela avaliação de seus consultores jurídicos, internos e externos, classificam a probabilidade de perda de suas demandas judiciais em "provável", "possível" e "remota".

Demandas judiciais classificadas como "perda provável"

Para estas causas são constituídas provisões e, quando aplicável, os saldos são registrados líquidos dos depósitos judiciais atrelados aos processos.

As demandas judiciais classificadas como "perda provável" estão descritas a seguir:

| | | Controladora | Consolidado |
|----------------------------------|------------|--------------|-------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 |
| Fiscais | 23.583 | 19.096 | 30.375 |
| Trabalhistas e previdenciárias | 24.510 | 10.876 | 44.971 |
| Cíveis | 61.316 | 30.688 | 61.316 |
| Outras | - | 100 | - |
| Total | 109.409 | 60.760 | 136.662 |
| Depósitos judiciais fiscais | (13.156) | (12.985) | (13.392) |
| Depósitos judiciais cíveis | ` <u>-</u> | (69) | ` - |
| Depósitos judiciais trabalhistas | (5.049) | (897) | (12.342) |
| Total | (18.205) | (13.951) | (25.734) |
| | 91.204 | 46.809 | 110.928 |
| Circulante | 7.072 | 3.368 | 7.563 |
| Não Circulante | 84.132 | 43.441 | 103.365 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação das provisões para demandas judiciais

| Controladora | 2014 | Adições | Baixas/ Reversão | Atualização monetária | 2015 19.096 | | |
|--------------------------------|----------|-------------|---------------------|-----------------------|-----------------------|-------------|----------|
| Fiscais | 17.596 | 1.958 | (695) | 237 | | | |
| Trabalhistas e previdenciárias | 7.680 | 4.701 | (1.505) | - 0.050 | 10.876 | | |
| Cíveis | 22.629 | 5.200 | - | 2.859 | 30.688 | | |
| Outros | (40.005) | 100 | - | (0.40) | 100 | | |
| Depósito Judicial | (13.925) | (536) | 856 | (346) | (13.951) | | |
| | 33.980 | 11.423 | (1.344) | 2.750 | 46.809 | | |
| | | | | Transferênci | a | | |
| | | | Baixas/ | para depósito | s Atualização | | |
| Controladora | 2015 | Adições | Reversão | judiciai | s monetária | 2016 | |
| Fiscais | 19.096 | 2.405 | (292) | | - 2.374 | 23.583 | |
| Trabalhistas e previdenciárias | 10.876 | 13.939 | (305) | | | 24.510 | |
| Cíveis | 30.688 | 31.724 | (4.339) | | - 3.243 | 61.316 | |
| Outros | 100 | - | (100) | | | - | |
| Depósito Judicial | (13.951) | (1.625) | 926 | (3.360 |) (195) | (18.205) | |
| | 46.809 | 46.443 | (4.110) | (3.360 | 5.422 | 91.204 | |
| | | | | | Transferência | | |
| | | Combinação | | Baixas/ | para depósitos | Atualização | |
| Consolidado | 2015 | de negócios | Adições | Reversão | judiciais | monetária | 2016 |
| Fiscais | 19.096 | 6.792 | 2.405 | (292) | - | 2.374 | 30.375 |
| Trabalhistas e previdenciárias | 10.876 | 20.461 | 13.939 | (305) | - | - | 44.971 |
| Cíveis | 30.688 | - | 31.724 | (4.339) | - | 3.243 | 61.316 |
| Outros | 100 | - | - | (100) | - | - | - |
| Depósito Judicial | (13.951) | (7.529) | (1.625) | 926 | (3.360) | (195) | (25.734) |
| | 46.809 | 19.724 | 46.443 | (4.110) | (3.360) | 5.422 | 110.928 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

As principais causas classificadas neste grupo são:

Na Controladora

- a) Demandas fiscais
- i. Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

Uma das causas refere-se à correção monetária das parcelas do IRPJ, Imposto de Renda sobre Lucro Distribuído e Contribuição Social sobre Lucro Líquido, todos apurados no exercício de 1990 e outra demanda refere-se à não homologação da Receita Federal sobre compensações de créditos de imposto de renda efetuadas no exercício de 2003, cuja avaliação dos consultores jurídicos é de probabilidade de perda provável e para as quais a administração mantém provisão de R\$ 9.892 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 6.340 em 31 de dezembro de 2015)

ii. Processo da ex-controlada Goyana

São compostas substancialmente por compensações de impostos e contribuições não homologadas pela Receita Federal, processo de alargamento de base de cálculo - COFINS e processos judiciais da ex-controlada Goyana. Esse grupo engloba disputas tributárias no montante de R\$ 28.555 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 39.360 em 31 de dezembro de 2015). A administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos avalia a probabilidade de perda como possível e não mantém nenhuma provisão para estas contingências.

iii. Demais processos

Diversos processos relacionados com disputas relativas a PIS /COFINS/INSS e IPTU que em seu conjunto montam R\$ 13.691 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 12.756 em 31 de dezembro de 2015), avaliados como perda provável pelos consultores jurídicos e totalmente provisionados.

b) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias

Envolve diversos processos que, em seu conjunto, montam R\$ 67.557 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 48.208 em 31 de dezembro de 2015). As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-funcionários questionando principalmente o direito sobre gratificações, horas extras, seus reflexos e respectivos encargos, para os quais a Companhia baseada na avaliação de seus consultores jurídicos mantém provisão de R\$ 24.510 em 31 de dezembro de 2016 (R\$10.876 em 31 de dezembro de 2015).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto guando indicado de outra forma)

c) Demandas judiciais cíveis

i. Empréstimo FINEP

Discussão sobre valor de empréstimo tomado junto à Financiadora de Estudos e Projetos ("FINEP") em 1986. Em maio de 2016 houve julgamento realizado no Tribunal Regional Federal da 2ª Região ratificando a tese de aplicação da metodologia de juros simples, a qual era pleiteada pela Unipar, para cálculo dos valores devidos. Aguarda-se intimação da FINEP para apresentar novos cálculos com base nos parâmetros estabelecidos em sede de recurso de apelação. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia baseada na avaliação de seus consultores jurídicos de probabilidade de perda registra provisão no valor de R\$ 46.634 (R\$ 25.359 em 31 de dezembro de 2015).

d) Demandas judiciais ambientais

O Ministério Público Federal ("MPF") requereu, através de ação civil pública, a reformulação da unidade de produção com células de mercúrio e a reparação de eventual dano ambiental, com pagamento de indenização. O processo foi extinto, em 1ª instância, sem resolução de mérito. O MPF interpôs recurso de apelação, sendo reformada a decisão para que se instaurasse a produção de provas. A Companhia interpôs recurso especial, o qual encontrase em julgamento no Superior Tribunal de Justiça ("STJ"). Para fins de recolhimento de custas, foi atribuído à causa o valor de R\$ 500. Contudo, a Companhia entende que não é possível, no momento, atribuir valores confiáveis ao processo.

O Ministério Público Federal também distribuiu ação civil pública em face da Companhia requerendo a recuperação de eventuais danos ambientais, indenização de danos irrecuperáveis, implantação de sistemas de tratamento e monitoramento online, bem como a manutenção do controle gerencial de mercúrio e sua destinação. Perícia foi realizada em 13 de julho de 2016 e aguarda-se elaboração de laudo pericial previsto originalmente para dezembro de 2016 e ainda não recebido. Para fins de recolhimento de custas, foi atribuído à causa o valor de R\$ 20.000. Contudo, a Companhia entende que não é possível, no momento, atribuir valores confiáveis ao processo.

e) Honorários de sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso e as causas são classificadas como perda possível ou remota. Em 31 de dezembro de 2016 o montante dessas provisões é de R\$ 16.623 (R\$ 6.686 em 31 de dezembro de 2015).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

f) Demanda judicial ativa

A Companhia distribuiu ação em face da Eletrobrás e União Federal visando à restituição da correção monetária de empréstimo compulsório cedido à Eletrobrás. O processo transitou em julgado com decisão favorável à Unipar.

Considerando o valor atualmente pleiteado pela Companhia, líquidos dos honorários de sucesso dos assessores da Unipar, a Companhia deveria receber o valor de R\$ 138.158 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 127.014 em 31 de dezembro de 2015). A Eletrobrás apresentou embargos de declaração em relação aos valores pleiteados, e até o momento, não informou o valor que entende como devido. Dado o atual estágio do processo, não é possível afirmar qual será o valor a ser recebido pela Unipar.

Por tratar-se de demanda judicial ativa e pelo fato dos valores devidos pela Eletrobrás ainda não terem sido homologados, até 31 de dezembro de 2016 nenhum montante havia sido registrado pela Companhia, conforme dispositivos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Na controlada Indupa Brasil

- a) Demandas fiscais
- i. Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

Como consequência de hiperinflação no passado, foi regulamentada (a partir de dezembro de 1995) a ré expressão do valor dos bens do ativo imobilizado utilizando um índice obrigatório determinado pelo governo. Este índice foi mantido artificialmente em um menor valor durante 1991 em comparação com os índices de inflação de outras agências independentes. A Indupa Brasil reavaliou seus ativos por um índice maior no exercício de 1991, gerando assim uma depreciação anual maior para os exercícios fiscais futuros. A lei impositiva correspondente determinou que tais contribuições complementares sobre a depreciação que surge da diferença entre índices, deveriam ser consideradas como despesa dedutível somente para efeito de imposto de renda somente para um período de seis anos que começava em 1992. Porém, a Indupa Brasil decidiu considerar o montante desta diferença como despesa dedutível de imposto de renda e contribuição social no primeiro ano. Como resultado, as autoridades fiscais notificaram a Indupa Brasil posteriormente

Em 31 de dezembro de 2016 o valor total da causa é de R\$ 37.525. A controlada baseada na avaliação de seus consultores jurídicos de probabilidade de perda registrava provisão no valor de R\$ 1.975

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

ii. Demais processos

Disputa relativa a imposto municipal no montante de R\$ 2.809 em 31 de dezembro de 2016 avaliado como perda provável pelos consultores jurídicos e totalmente provisionados.

b) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias

Envolve diversos processos que, em seu conjunto, montam R\$ 30.204 em 31 de dezembro de 2016. As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-funcionários questionando principalmente o direito sobre danos materiais e morais, doença ocupacional, terceirização e equiparação salarial para os quais a controlada baseada na avaliação de seus consultores jurídicos mantém provisão de R\$ 19.668 em 31 de dezembro de 2016.

c) Honorários de sucesso

A controlada registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2016 o montante dessas provisões é de R\$ 2.008

Na controlada Indupa Argentina

a) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias

Envolve diversos processos que, em seu conjunto, montam R\$ 3.212 em 31 de dezembro de 2016. As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-funcionários questionando principalmente o direito sobre diferenças indenizatórias e doença ocupacional, para os quais a controlada baseada na avaliação de seus consultores jurídicos mantém provisão de R\$ 794 em 31 de dezembro de 2016.

18. Passivo ambiental

| | | Controladora | Consolidado |
|-------------------|------|--------------|-------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 |
| Passivo ambiental | - | | 60.134 |
| | | | 60.134 |
| Circulante | - | | 40.920 |
| Não circulante | | | 19.214 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos ambientais decorrentes de vazamento de substâncias químicas, falhas de equipamentos, acidentes de transporte ou falhas no processo de produção. A administração considera a proteção ao meio ambiente como um aspecto-chave de suas atividades, aplicando políticas que visam a prevenção e o controle desses riscos em todas as unidades de produção, que permitem o cumprimento, por vezes, além das normas legais. Em cumprimento as suas políticas internas sobre as questões ambientais, a Companhia se utiliza de especialistas para desenvolver estudos necessários para este fim.

A política contábil sobre este assunto é constituir um passivo quando este for possível de ser medido com certa razoabilidade. As características dos riscos envolvidos exigem estudos detalhados e a conclusão destes estudos é essencial para se estimar adequadamente os valores a serem desembolsados.

No Consolidado

Indupa Argentina

Em 31 de dezembro de 2016 a controlada Indupa Argentina apresenta uma provisão para passivo ambiental no montante de R\$ 10.382, correspondente a custos estimados com a remediação de problemas ambientais identificados em área denominada "Cinco Saltos", província de Rio Negro, onde funcionava sua antiga planta, hoje propriedade de outra empresa.

Indupa Brasil

Em 31 de dezembro de 2016 a controlada Indupa Brasil apresenta uma provisão para passivo ambiental no montante de R\$ 49.752, correspondente as seguintes questões:

- R\$ 11.463 relativos a custos estimados a incorrer com a remediação de problemas ambientais identificados em área denominada "Cloroetil" localizada em sua planta industrial na cidade de Santo André - SP. O plano de remediação efetuado a partir de um estudo de investigação realizado por empresa especializada em remediação de temas ambientais, foi entregue à Agencia Estatal de Proteção Ambiental do Estado de São Paulo ("CETESB").
- R\$ 8.333 relativos a custos correntes com remediação de contaminação de solo e aguas subterrâneas de uma área de serviços denominada "IQB" localizada na cidade de Lençois Paulista - SP.

A Indupa Brasil foi requerida pela CETESB a pagar multas relativas a danos ambientais ocorridos na cidade de Porto Feliz - SP, causados por prestador de serviço por não ter tratado de forma adequada certos resíduos de produção. Devido o prestador de serviços ter encerrado suas atividades a Indupa Brasil foi solicitada pela CETESB a investigar e realizar ações de

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

remediação. Estudos preliminares realizados na localidade onde o prestador de serviços estava localizado detectaram contaminação e foi solicitado pela CETESB que investigações complementares fossem efetuadas para concluir se a contaminação se estendeu aos arredores. A conclusão dessas investigações está prevista para o segundo semestre de 2017. Em 31 de dezembro de 2016 a Indupa Brasil mantém provisão de R\$ 4.169 que compreende apenas o custo remanescente relacionado com a investigação.

A administração da Indupa Brasil, baseada na opinião de especialistas, entende que não é possível nesse momento determinar de forma objetiva um valor razoável correspondente aos futuros custos de remediação ambiental decorrente das investigações em andamento.

Cabe salientar que a Solvay Vinyls Holding A.G., empresa relacionada com o acionista anterior assumiu contratualmente de forma irrevogável e incondicional as obrigações ambientais das controladas Indupa Argentina e Indupa Brasil em 31 de dezembro de 2015 e após essa data, com relação a certas áreas dessas empresas, entre elas Porto Feliz até o montante de US\$ 20 milhões.

A Indupa Brasil também está investigando outras áreas em sua planta buscando identificar danos ambientais causados por suas operações. Como resultado, em 31 de dezembro de 2016 mantém uma provisão de R\$ 25.787 relativa a custos estimados de remediação.

19. Outros passivos

| | | Controladora | Consolidado |
|--|---------|--------------|-------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 |
| Participações societárias à descoberto (1) | 99.399 | - | 99.399 |
| Outros passivos | 8.886 | 10.467 | 28.605 |
| | 108.285 | 10.467 | 128.004 |
| Circulante | 8.886 | 10.467 | 28.605 |
| Não circulante | 99.399 | - | 99.399 |

⁽¹⁾ Refere-se à participação societária na coligada Tecsis, transferida de investimentos conforme evidenciado na nota explicativa 12.

20. Débito com terceiros – (Reapresentado)

Corresponde a dívida com a Solvay Vinyls Holding A.G. relacionada com a aquisição da Solvay Indupa S.A.I.C, no montante de US\$ 136.000.000 sobre a qual incide encargos de 3% a.a. pagos anualmente a partir de 27 de dezembro de 2017 e amortização do principal em cinco parcelas anuais de US\$ 27.200.000, com vencimento inicial em 27 de dezembro de 2022 e término em 27 de dezembro de 2026.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

21. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação da alíquota efetiva

| a) conomação da anqueta eletra | | Controladora | Consolidado |
|---|-----------------|--------------|-----------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 |
| | (Reapresentado) | | (Reapresentado) |
| Lucro antes dos impostos | 468.607 | 96.864 | 468.607 |
| Alíquota nominal combinada de IRPJ e CSLL | 34% | 34% | 34% |
| Imposto calculado com base na alíquota nominal | | | |
| combinada | (159.326) | (32.934) | (159.326) |
| Diferenças permanentes | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | (25.646) | (6.188) | (25.646) |
| Outros | (2.799) | (870) | (2.799) |
| Total dos créditos de diferenças permanentes | (28.445) | (7.058) | (28.445) |
| Reconhecimento de créditos de prejuízos fiscais e base negativa de anos anteriores Prejuízos fiscais reconhecidos (projeções para o | | | |
| período 2015-2024) | | 30.961 | |
| Total da despesa de IRPJ e CSLL registrada no | | | |
| resultado | (187.771) | (9.031) | (187.771) |
| IRPJ e CSLL correntes | (47.027) | (35.641) | (47.027) |
| IRPJ e CSLL diferidos - Unipar | (162.431) | `15.12Ś | (162.431) |
| IRPJ e CSLL diferidos - Valor justo - Investimento | | | |
| Tecsis | 21.687 | 11.485 | 21.687 |
| Total da (despesa)/ receita de IR e CSLL | (187.771) | (9.031) | (187.771) |
| Alíquota efetiva combinada de IRPJ e CSLL | 40,07% | 9,32% | 40,07% |

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, sobre a base negativa da contribuição social e sobre as diferenças temporárias apuradas entre o lucro contábil e o lucro tributável. As alíquotas desses impostos para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais, das bases negativas de contribuição social e das diferenças temporárias. Para determinação desse reconhecimento, a Companhia utiliza como parâmetros o disposto na Instrução CVM nº 371/02. Esta norma indica que os montantes a serem recuperados devem ser determinados com base em projeções de resultados tributáveis futuros para os próximos 10 anos, descontados a valor presente. Como qualquer estimativa, estas projeções são elaboradas e fundamentadas com base em premissas internas e em hipóteses para cenários econômicos futuros que podem, com o passar do tempo, sofrer alterações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

| | Controladora | | Consolidado |
|--|-----------------|-----------|-----------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 |
| | (Reapresentado) | | (Reapresentado) |
| Imposto diferido ativo | | | |
| Demandas judiciais | 34.550 | 18.503 | 34.550 |
| Obrigação com benefícios a empregados | 7.940 | 7.003 | 12.946 |
| Provisões diversas | 2.765 | 4.930 | 9.730 |
| Provisão CDE | 23.695 | 7.725 | 23.695 |
| Valor justo de instrumentos financeiros | 12.917 | - | 12.917 |
| Custos de empréstimos a amortizar | 1.111 | 2.244 | 1.111 |
| Ágio a amortizar | 26.835 | 30.811 | 26.835 |
| Ágio reduzido ao valor recuperável de investimentos | | | |
| Tecsis | 9.145 | - | 9.145 |
| Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social | 25.583 | 45.371 | 25.583 |
| Outros | 3.407 | 3.148 | 3.022 |
| Total do imposto diferido ativo | 147.948 | 119.735 | 159.534 |
| Imposto diferido passivo | | | |
| Efeito da depreciação (contábil / fiscal) | (74.876) | (69.093) | (74.876) |
| Tributos diferidos sobre mais valia | (70.093) | (72.283) | (70.093) |
| Atualizações Monetárias | (3.248) | (3.248) | (3.248) |
| Compra vantajosa | (175.444) | - | (175.444) |
| Encargos capitalizados | (2.427) | - | (2.427) |
| Total do imposto diferido passivo | (326.088) | (144.624) | (326.088) |
| Líquido Ativo (Passivo) de imposto diferido | (178.140) | (24.889) | (166.554) |

O prazo de recuperação dos tributos diferidos ativos da Companhia foi estimado de acordo com a realização de diversos eventos projetados para os próximos 10 anos e está dividido conforme a seguir:

| | Controladora | Consolidado |
|----------------|-----------------|-----------------|
| | (Reapresentado) | (Reapresentado) |
| 2017 | 54.229 | 60.211 |
| 2018 | 18.842 | 21.012 |
| 2019 | 17.419 | 18.082 |
| 2020 | 21.186 | 21.749 |
| 2021 | 8.265 | 8.720 |
| 2022 em diante | 28.007 | 29.760 |
| | 147.948 | 159.534 |

A Companhia ainda possui uma parcela de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para os quais nenhum ativo fiscal diferido foi reconhecido. O valor total destes prejuízos fiscais é de R\$ 569.101 (divididos entre R\$ 37.172 de prejuízos fiscais operacionais e R\$

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

531.929 de prejuízos fiscais não operacionais) e da base negativa de contribuição social é de R\$ 565.918.

A Companhia realiza anualmente estudo técnico de viabilidade relativo à expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e, à medida que for provável que no futuro haverá lucros tributáveis suficientes para a realização do ativo fiscal diferido não contabilizado, a Companhia o registrará contabilmente.

22. Obrigações com benefícios aos empregados

| | | Controladora | Consolidado |
|---|--------|--------------|-------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 |
| Plano de saúde | 2.350 | 2.028 | 20.006 |
| Benefícios rescisórios | 19.765 | 16.665 | 37.010 |
| Provisão para gratificação por tempo de serviço | 1.238 | 1.904 | 2.353 |
| Total | 23.353 | 20.597 | 59.369 |

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios definidos e contribuições definidas a seus empregados que tem como principal objetivo a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social.

Planos de benefícios definidos

Os planos de benefícios definidos são calculados por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxa de juros, inflação, aumento dos benefícios futuros, contribuições de colaboradores ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para as patrocinadoras. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.

Através de seus planos de benefícios definidos, a Companhia e suas controladas estão expostas a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

a) Volatilidade dos ativos

As obrigações dos planos são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit que necessitará de equacionamento.

b) Variação na rentabilidade dos títulos

Uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por aumento no

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

valor justo dos títulos detidos pelos planos.

c) Risco de inflação

Algumas obrigações dos planos de benefícios são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações. A maior parte dos ativos dos planos ou não são afetados ou tem uma pequena correlação com a inflação, o que significa que uma alta de inflação resultará também em alta do déficit.

d) Expectativa de vida

A maioria das obrigações dos planos proporciona benefícios durante a vida do participante, de modo que o aumento na expectativa de vida resultará em um aumento nos passivos dos planos.

e) Hipóteses demográficas

As hipóteses demográficas levam em conta tábuas de mortalidade, invalidez e rotatividade e são estabelecidas pelos atuários de acordo com o perfil dos colaboradores.

Na Controladora

A Companhia oferece aos seus colaboradores um plano de previdência complementar que são executados pela Carboprev Sociedade de Previdência Privada ("Carboprev"), entidade de previdência complementar fechada dotada de autonomia administrativa.

a) Plano de contribuição definida

São custeados pelos participantes e pela patrocinadora e são administrados pela Carboprev. Durante o exercício de 2016, a Companhia contribuiu para esses fundos com R\$ 1.935 (R\$ 1.928 no exercício de 2015), sendo esse montante registrado como despesa. Uma vez pagas essas contribuições a Companhia não tem mais obrigações.

b) Planos de benefícios definidos

As principais hipóteses econômicas estão a seguir descritas:

| | 2016 | 2015 |
|---|--------------|--------------|
| Taxa de desconto nominal | 11,52 % a.a. | 13,32 % a.a. |
| Taxa de inflação de longo prazo | 5,00% a.a. | 5,50% a.a. |
| Taxa de crescimento salarial futuro | 0,00% a.a. | 7,40% a.a. |
| Taxa de crescimento dos benefícios da previdência | | |
| social e dos limites | 0,00% a.a. | 5,50% a.a. |

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

c) Plano de aposentadoria

A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2016 é de 103 (111 em 31 de dezembro de 2015). Atualmente o número de assistidos é de 94.

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é demonstrada a seguir:

A posição atuarial do plano em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é a seguinte:

| | | Controladora |
|---|----------|--------------|
| | 2016 | 2015 |
| Valor presente das obrigações atuariais | 56.167 | 47.957 |
| Valor justo dos ativos | (66.195) | (57.587) |
| Superávit | (10.028) | (9.630) |
| Efeito do teto do ativo | 10.028 | 9.630 |
| Passivo atuarial líquido | - | - |

Não se espera que o superávit apresentado traga benefícios econômicos e portanto a Companhia não pode reconhece-lo como um ativo atuarial líquido, de acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados.

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é demonstrada a seguir:

| | | Controladora |
|--|---------|--------------|
| | 2016 | 2015 |
| Obrigações atuariais no final do exercício anterior | 47.957 | 97.562 |
| Efeitos da migração no novo plano | = | (53.035) |
| Perda atuarial de ajustes - Efeito da migração no novo plano | - | 1.601 |
| Custo de serviço corrente | 53 | 1.640 |
| Custo financeiro | 6.068 | 9.193 |
| Contribuições dos participantes do plano | = | 14 |
| Perdas atuariais - experiência | 1.669 | 2.426 |
| Perdas/ ganhos atuariais - premissas financeiras | 5.234 | (6.040) |
| Benefícios pagos sobre ativos do plano | (4.814) | (5.404) |
| Saldo em 31 de dezembro | 56.167 | 47.957 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do valor justo dos ativos do plano nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é demonstrada a seguir:

| | | Controladora |
|---|---------|--------------|
| | 2016 | 2015 |
| Valor justo dos ativos do plano no final do exercício | | |
| anterior | 57.587 | 103.901 |
| Efeitos da migração no novo plano | - | (53.035) |
| Receitas de juros sobre os ativos do plano | 5.787 | (522) |
| Retorno esperado sobre os ativos do plano | 7.368 | 9.969 |
| Contribuições do empregador | 267 | 2.664 |
| Contribuições dos empregados | - | 14 |
| Benefícios pagos | (4.814) | (5.404) |
| Saldo em 31 de dezembro | 66.195 | 57.587 |

A movimentação do passivo atuarial líquido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é demonstrada a seguir:

| | | Controladora |
|---|-------|--------------|
| | 2016 | 2015 |
| Custo de serviço corrente e juros sobre ativo líquido | 33 | 3.103 |
| Contribuições da patrocinadora | (267) | (2.664) |
| Efeitos de remensuração - ganhos atuariais e variação de teto do ativo no período | 234 | (439) |
| Passivo atuarial líquido | | |

As despesas de custos de serviço e financeiro e os ganhos e perdas atuariais desses benefícios reconhecidas no exercício de 2016 é de R\$ 33 e a projeção para o exercício seguinte é de receita atuarial de R\$ 8.

d) Benefícios rescisórios - multa de FGTS

De acordo com a atual política de desligamento da Companhia, ocorre o desligamento compulsório dos colaboradores com regime de trabalho em horário administrativo quando atingir a idade limite de 62 anos e com regime de trabalho em turnos ininterruptos de revezamento quando atingir a idade limite de 60 anos. Nesses casos a política define o pagamento de todas as verbas rescisórias normalmente pagas no desligamento, inclusive a multa rescisória do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. A quantidade de colaboradores ativos beneficiários desses benefícios em 31 de dezembro de 2016 é de 429 (457 em 31 de dezembro de 2015).

Esse benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do passivo atuarial desses benefícios no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é apresentada a seguir:

| | | Controladora |
|---|---------|--------------|
| | 2016 | 2015 |
| Obrigações atuariais no final do exercício anterior Custo de serviço corrente, juros sobre passivo líquido e | 16.665 | 19.026 |
| custo de serviço passado | 4.564 | 3.056 |
| Contribuições da patrocinadora | (1.464) | (5.417) |
| | 19.765 | 16.665 |

As despesas de custos de serviço e financeiro e os ganhos e perdas atuariais desses benefícios reconhecidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 4.563 e a projeção para estas despesas no exercício seguinte é de R\$ 3.168

e) Plano de Saúde

A Companhia oferece a seus colaboradores um benefício de saúde pós-aposentadoria de 2 anos, quando, de forma cumulativa ele tenha o seu contrato de trabalho rescindido e já esteja aposentado pela previdência oficial.

Esse benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido.

A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2016 é de 431 (427 em 31 de dezembro de 2015). Atualmente o número de assistidos é de 37.

A movimentação do passivo atuarial desse benefício no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é apresentada a seguir:

| | | Controladora |
|---|-------|--------------|
| | 2016 | 2015 |
| Obrigações atuariais no final do exercício anterior Custo de serviço corrente, juros sobre passivo líquido e | 2.028 | 2.308 |
| custo de serviço passado | 309 | 329 |
| Contribuições da patrocinadora Efeitos de remensuração - (ganhos)/perdas atuariais e | (586) | (541) |
| variação de teto do ativo no período | 599 | (68) |
| | 2.350 | 2.028 |

As despesas de custos de serviço e financeiro desse benefício reconhecidas no exercício de 2016 é de R\$ 309 e a projeção para estas despesas no exercício seguinte é de R\$ 335.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade dos benefícios definidos

| | | | impacto em | R\$ mil efelto na c | brigação 2016 |
|--------------------------|--|-------------------------|-------------------------|---------------------------|-------------------|
| Descrição da premissa | Dados considerados no laudo atuarial 2016 | Avaliação do impacto | Plano de previdência | Benefícios rescisórios | Plano de saúde |
| Taxa de desconto | 12,52% | Aumento de 1% | (4.407) | (945) | (117) |
| Taxa de desconto | 10,52% AT -2000 agravada | Redução de 1% | 5.134 | 1.063 | 138 |
| Tábua de mortalidade | em 10% AT -2000 desagravada em | Aumento de 10% | (1.206) | (37) | (5) |
| Tábua de mortalidade | ັ10% | Redução de 10% | 1.177 | 35 | 4 |

Na Indupa Brasil

a) Plano de contribuição definida

A controlada Indupa Brasil patrocina um plano de contribuição definida custeado pelos participantes e pela patrocinadora administrado pela MAPFRE Previdência S.A. Uma vez paga as contribuições a controlada não tem mais obrigações.

b) Planos de benefícios definidos

As principais hipóteses econômicas utilizadas para a avaliação anual em 31 de dezembro de 2016 estão a seguir descritas:

| Taxa de desconto | 11,00% |
|------------------------------|--------|
| Taxa de inflação | 4,85% |
| Inflação médica | 16,00% |
| Taxa de crescimento salarial | 7.94% |

c) Plano de Saúde

A controlada oferece um plano de assistência pós-emprego para determinados colaboradores e ex-colaboradores aposentados. Esse benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido. A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2016 é de 129, que atualmente é o mesmo número de assistidos. O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 17.656.

d) Gratificações de tempo de casa

A controlada oferece a todos os seus colaboradores uma gratificação ao completarem 10 e 25 anos de trabalho. Essa gratificação é contabilizada como uma obrigação de benefício definido. A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2016 é de 387. O passivo atuarial em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 1.115.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

e) Benefícios rescisórios

A controlada também proporciona um benefício de pensão e indenização no desligamento de alguns colaboradores específicos, na data de saída da empresa e que tem sua elegibilidade pela aposentadoria. A definição do montante do benefício está vinculado ao tempo de trabalho. Esse benefício é contabilizado como uma obrigação de benefício definido e o passivo atuarial em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 4.503

A projeção de despesas de custos de serviço e financeiro, desses benefícios, para o exercício seguinte está descrita a seguir:

| Plano de saúde | 2.048 |
|--------------------------------|-------|
| Outros benefícios | 651 |
| Gratificação por tempo de casa | 257 |
| | 2 956 |

Na Indupa Argentina

a) Plano de contribuição definida

A controlada Indupa Argentina patrocina um plano de contribuição definida custeada pelos participantes e pela patrocinadora administrado pela BNP (*Fideicomiso Optimum*). Uma vez paga as contribuições a controlada não tem mais obrigações.

b) Plano de benefício definido

As principais hipóteses econômicas utilizadas para a avaliação anual em 31 de dezembro de 2016 estão a seguir descritas:

| Taxa de desconto | 21,54% |
|------------------------------|--------|
| Taxa de inflação | 15,75% |
| Taxa de crescimento salarial | 18,07% |

c) Plano de beneficio por desligamento, invalidez ou morte

A controlada proporciona um benefício de indenização em caso de desligamento, invalidez ou morte. Em caso de desligamento a elegibilidade é a partir dos 65 anos para homens e 60 para mulheres. O montante do benefício a ser pago em parcela única varia entre três a seis salários mensais dependendo do motivo da elegibilidade. A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2016 é de 555. Esse benefício é contabilizado como uma obrigação de benefício definido e o passivo atuarial em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 12.742. A projeção de despesas de custos de serviço e financeiro desse plano de benefício para o exercício seguinte é de R\$ 601.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

23. Capital social

a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação de seu Conselho de Administração, até o valor de R\$ 840.000.

b) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é de R\$ 384.331 composto por ações nominativas escriturais, com a seguinte distribuição:

| Quantidade de ações (milhares) | |
|--------------------------------|--------|
| Ações ordinárias | 27.850 |
| Ações preferenciais Classe A | 2.591 |
| Ações preferenciais Classe B | 53.109 |
| | 83.550 |

c) Direitos das ações

As ações ordinárias têm direito a voto nas deliberações sociais. As ações preferenciais Classe A têm direito ao recebimento de dividendo mínimo prioritário de 10% ao ano sobre a parcela de capital social constituída por essa classe de ação, dividendo a ser entre elas rateado igualmente, sendo assegurado que tais dividendos não serão inferiores a 110% do atribuído a cada ação ordinária.

As ações preferenciais Classe B têm prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia, e recebimento de um dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

Todas as ações participam em igualdade de condições na distribuição de bonificações em ações decorrentes da capitalização de reservas e/ou de lucros.

d) Ações em tesouraria

A Companhia possui 2.921.547 ações em tesouraria com valor contábil correspondente a R\$ 14.879 e valor de mercado em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 20.076 (R\$ 12.803 em 31 de dezembro de 2015).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

24. Reservas de lucros

| | Reserva | Reserva especial para | Reserva de retenção | Reserva para | Reserva de lucros | |
|--|---------|-----------------------------|---------------------|--------------|----------------------|---------|
| | legal | dividendos | de lucros | investimento | à realizar | Total |
| | | | (Reapre | esentado) | | |
| 5 - 04 la lalalala | 00.400 | 00.400 | 05.504 | 40.450 | 202 222 | 440.407 |
| Em 31 de dezembro de 2014 | 23.132 | 23.132 | 65.501 | 43.453 | 262.909 | 418.127 |
| Reversão de dividendos prescritos e não reclamados | - | - | - | 32 | - | 32 |
| Constituição de reservas | 4.391 | 4.391 | - | 58.191 | - | 66.973 |
| Realização de reservas | - | - | - | - | (4.293) | (4.293) |
| Em 31 de dezembro de 2015 | 27.523 | 27.523 | 65.501 | 101.676 | 258.616 | 480.839 |
| Reversão de dividendos prescritos | | | | | | |
| e não reclamados | - | - | - | 207 | - | 207 |
| Constituição de reservas | 14.042 | 14.042 | - | 186.053 | 39.769 | 253.906 |
| Realização de reservas | | | | | (4.251) | (4.251) |
| Em 31 de dezembro de 2016 | 41.565 | 41.565 | 65.501 | 287.936 | 294.134 | 730.701 |

Os saldos das reservas de lucros, exceto para contingências, incentivos fiscais e lucros a realizar não poderão ultrapassar o valor do capital social.

a) Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social até atingir o limite de 20% do capital social, de acordo com a legislação societária.

b) Reserva especial para dividendos - estatutária

Constituída com base no estatuto social da Companhia, à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, que não poderá exceder 20% do capital social e tem por finalidade assegurar fluxo regular de dividendos e possibilitar, se aplicável, o pagamento antecipado do dividendo obrigatório. Eventuais reversões devido ao pagamento antecipado de dividendo obrigatório devem ser recompostas.

c) Reserva para investimentos - estatutária

Criada no exercício de 2014, a reserva para investimentos está prevista no estatuto social e tem por finalidade assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como reforçar seu capital de giro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

d) Reserva de lucros a realizar

Reserva constituída com base em lucros não realizados de acordo com a legislação societária. Nos exercícios de 2013 e 2016, foram apurados lucros não realizados decorrentes de combinação de negócios.

A realização desta reserva ocorre conforme a depreciação, amortização ou pela realização efetiva dos ativos decorrentes da combinação de negócios.

A movimentação da reserva de lucros a realizar no exercício de 2015 e 2016 foi a seguinte:

| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 262.909 |
|--|----------|
| Realização da reserva em 2015 | |
| Efeitos de depreciação e amortização de mais valia de ativos | (6.535) |
| Efeitos de baixa de mais valia de ativos | (155) |
| IR e CSLL sobre as realizações acima | 2.233 |
| Outros | 164 |
| Total realizado | (4.293) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 258.616 |
| Realização da reserva em 2016 | |
| Efeitos de depreciação e amortização de mais valia de ativos | (6.439) |
| Efeitos de baixa de mais valia de ativos | (2) |
| IR e CSLL sobre as realizações acima | 2.190 |
| Total realizado | (4.251) |
| Constituição de reservas 2016 (Reapresentado) | |
| Lucro líquido do exercício | 280.836 |
| Reserva legal | (14.042) |
| Lucro líquido ajustado | 266.794 |
| Dividendos calculados sobre o lucro ajustado | 66.699 |
| Lucro líquido realizado (1) | (26.930) |
| Constituição de reservas de lucros a realizar | 39.769 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado) | 294.134 |

(1) O lucro líquido realizado é demonstrado a seguir:

| Lucro líquido do exercício | 280.836 |
|--|-----------|
| Ganho por compra vantajosa | (516.010) |
| Parcela recebida incluída em ganho por compra vantajosa | 25.383 |
| IR e CSLL sobre ganho por compra vantajosa | 175.444 |
| Equivalência patrimonial - Tecsis | 75.431 |
| Parcela da equivalência realizada | (53.016) |
| Baixa Mais Valia de ativos e ágio Tecsis | 58.883 |
| IR e CSLL sobre Baixa Mais Valia de ativos e ágio Tecsis | (20.021) |
| Lucro líquido realizado do exercício de 2016 | 26.930 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

e) Reserva de retenção de lucros

Constituída mediante a retenção do lucro líquido, após constituição de outras reservas e pagamento de dividendos, com a finalidade de fazer jus ao orçamento de capital proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas.

25. Receita operacional líquida

| | | Controladora | Consolidado |
|--|-----------|--------------|-------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 |
| Receita bruta de vendas | | | |
| Mercado interno | 1.161.584 | 1.118.629 | 1.161.584 |
| Mercado externo | 1.581 | 237 | 1.581 |
| | 1.163.165 | 1.118.866 | 1.163.165 |
| Deduções da receita bruta | | | |
| ICMS | (172.313) | (166.366) | (172.313) |
| COFINS | (81.331) | (76.364) | (81.331) |
| PIS | (17.657) | (16.579) | (17.657) |
| Impostos incidentes sobre vendas e abatimentos | (2.158) | (581) | (2.158) |
| Receita líquida de vendas | 889.706 | 858.976 | 889.706 |

26. Despesas por natureza

| | | Controladora | Consolidado |
|---|-----------|--------------|-------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 |
| Matérias-primas, insumos e materiais de uso e consumo | (334.336) | (320.513) | (334.336) |
| Despesa com salários e benefícios a empregados | (129.763) | (122.054) | (129.763) |
| Encargos de depreciação e amortização | (50.728) | (50.306) | (50.728) |
| Serviços de terceiros | (50.092) | (48.172) | (50.092) |
| Despesas com fretes de vendas | (58.995) | (71.969) | (58.995) |
| Outras | (36.470) | (30.258) | (36.470) |
| | (660.384) | (643.272) | (660.384) |
| Custo das vendas | (502.216) | (478.026) | (502.216) |
| Despesas com vendas | (58.995) | (73.409) | (58.995) |
| Despesas gerais e administrativas | (99.173) | (91.837) | (99.173) |
| | (660.384) | (643.272) | (660.384) |

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

| | | Controladora | Consolidado |
|--|-----------|--------------|-------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 |
| Despesas com demandas judiciais | (41.985) | (11.458) | (41.985) |
| Amortização - Redução de participação em coligada | - | (28.020) | - |
| Amortização - Redução ao valor recuperável | (58.883) | - | (58.883) |
| Outras despesas operacionais | (667) | (293) | (667) |
| Total de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | (101.535) | (39.771) | (101.535) |

28. Resultado financeiro

| | | Controladora | Consolidado |
|---|-----------|--------------|-------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 |
| Receita financeira | | | |
| Receitas de equivalentes de caixa e TVM | 28.788 | 36.923 | 28.788 |
| Variações cambiais e monetárias ativas | 3.658 | 3.720 | 3.658 |
| Outras receitas | 1.060 | 1.787 | 1.060 |
| | 33.506 | 42.430 | 33.506 |
| Despesa financeira | | | |
| Juros e demais encargos sobre empréstimos e | | | |
| financiamentos | (75.599) | (95.205) | (75.599) |
| Variações cambiais e monetárias passivas | (14.791) | (5.640) | (14.791) |
| Redução ao valor recuperável de Debêntures | (37.990) | - | (37.990) |
| Outras despesas financeiras | (4.885) | (2.453) | (4.885) |
| | (133.265) | (103.298) | (133.265) |
| Resultado financeiro líquido | (99.759) | (60.868) | (99.759) |

29. Resultado por ação - básico

O resultado básico por ação é calculado pela divisão entre o resultado atribuível aos acionistas e a quantidade média ponderada de ações durante o exercício, excluindo as ações em tesouraria, nota 23 (d). Não há efeito diluitivo no resultado atribuível aos acionistas.

| | | | | | 2016 |
|------------------------------|--|---|--|--|---|
| Tipo de ação | Lucro atribuído aos acionistas (Reapresentado) | Quantidade de ações (em milhares) | Ações em tesouraria (em milhares) | Quantidade de ações, exceto as em tesouraria (em milhares) | Lucro por ação (R\$ por ação) (Reapresentado) |
| Ações Ordinárias | 90.715 | 27.850 | (98) | 27.752 | 3,2687 |
| Ações Preferenciais Classe A | 9.315 | 2.591 | - | 2.591 | 3.5956 |
| Ações Preferenciais Classe B | 180.806 | 53.109 | (2.824) | 50.285 | 3,5956 |
| Total | 280.836 | 83.550 | (2.922) | 80.628 | |

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

| | | | | | 2015 |
|------------------------------|--------------------------------------|---|---|---|-------------------------------------|
| Tipo de ação | Lucro atribuído aos acionistas | Quantidade de ações (em milhares) | Ações em tesouraria (em milhares) | Quantidade de ações, exceto as em tesouraria (em milhares) | Lucro por ação (R\$ por ação) |
| Ações Ordinárias | 28.372 | 27.850 | (98) | 27.752 | 1,02 |
| Ações Preferenciais Classe A | 2.913 | 2.591 | - | 2.591 | 1,12 |
| Ações Preferenciais Classe B | 56.548 | 53.109 | (2.824) | 50.285 | 1,12 |
| Total | 87.833 | 83.550 | (2.922) | 80.628 | |

30. Dividendos

Conforme artigo 34 do estatuto social da Unipar, a Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os cálculos dos dividendos para os exercícios de 2016 e 2015, assim como as demais destinações do lucro líquido do exercício, são demonstrados a seguir:

a) <u>Dividendos propostos do exercício</u>

| | (Reapresentado) | 2015 |
|--|--------------------------------|-----------------------------|
| Lucro líquido ao final do exercício (-) Constituição de reserva legal - nota 24 (a) Lucro líquido ajustado | 280.836 (14.042) 266.794 | 87.833 (4.391) 83.442 |
| Dividendos mínimos obrigatórios (25% do lucro líquido ajustado) | 66.699 | 20.860 |
| Constituição de reserva de lucros a realizar - nota 24 (d) Realização de reserva de lucros a realizar - nota 24 (d) | (39.769) 4.251 | 4.293 |
| Dividendos propostos | 31.181 | 25.153 |

No exercício de 2016, para efeito de proposição dos dividendos, estamos limitando o montante ao lucro realizado, conforme o artigo 197 da Lei das S.A.s, excluindo os efeitos da combinação de negócios e de investimento na Tecsis, e constituindo uma reserva de lucros a realizar.

b) Dividendos a pagar

| | 2016 | 2015 |
|--|-----------------|----------|
| | (Reapresentado) | |
| Saldo Inicial | 26.826 | 20.483 |
| Dividendos propostos | 31.181 | 25.153 |
| Efeito do agrupamento de ações | - | 18 |
| Pagamentos | (23.838) | (18.796) |
| Reversão de dividendos prescritos e não reclamados | (207) | (32) |
| Saldo final | 33.962 | 26.826 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015

(em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

As ações preferenciais classe A tem prioridade no recebimento de dividendos. Essa classe de ações recebe a totalidade dos dividendos até o limite equivalente a 10% de rendimento sobre a parcela do capital social constituída por esta classe de ações. Ultrapassado este limite, as demais classes de ações passam a receber dividendos, sendo que as ações preferenciais classe A sempre devem receber, no mínimo, 10% a mais de dividendos do que as ações ordinárias.

Ultrapassado o limite de pagamento mínimo de dividendos às ações preferenciais classe A, as ações preferenciais classe B e ordinárias passam a receber dividendos. Neste caso, os dividendos pagos às ações preferenciais classe B devem ser 10% superiores aos dividendos pagos às ações ordinárias.

Seguindo as regras estatutárias, os dividendos por ação propostos a cada classe são os seguintes:

Dividendos propostos por tipo de ação

| | Dividendo por ação |
|--------------|--------------------|
| Tipo de ação | (Reapresentado) |
| ON | 0,36 |
| PNA | 0,46 |
| PNB | 0,40 |

31. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

32. Gestão de risco e instrumentos financeiros

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Unipar se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco financeiro é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as politicas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. Toda e qualquer operação de

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

hegde ou outra operação que envolva a contratação de instrumentos derivativos, identificada pela tesouraria, com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração.

32.1. Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, e mudanças de taxa de juros.

a) Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue de forma relevante devido às variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, de suas aplicações financeiras e de seus empréstimos e financiamentos.

Os financiamentos com juros indexados ao TJLP captados junto ao BNDES, com a finalidade de aumento de capacidade de produção, melhoria das instalações e aquisições de máquinas e equipamentos, são compreendidos pela administração da Companhia como risco de volatilidade baixa.

Os demais indexadores que a Companhia entende que apresentam maiores riscos de exposição a taxa de juros em 31 de dezembro de 2016 e 2015, e estão de acordo com a Política de Gestão de risco financeiro estão demonstrados a seguir de forma líquida:

| | | Controladora | Consolidado |
|--|-----------|--------------|-------------|
| | 2016 | 2015 | 2016 |
| Exposição líquida de ativos e passivos à taxa CDI | | | |
| Equivalentes de caixa | 66.983 | 123.667 | 66.983 |
| Aplicações financeiras | 89.261 | 89.118 | 96.612 |
| Empréstimos de curto e longo prazo | (445.351) | (551.611) | (445.351) |
| Total | (289.107) | (338.826) | (281.756) |
| Exposição líquida de ativos e passivos à taxa IPCA | | | |
| Aplicações financeiras | - | 33.555 | - |
| Total | - | 33.555 | |
| Exposição líquida de ativos e passivos à taxa SELIC | | | |
| Empréstimos de curto e longo prazo | (8.978) | (6.782) | (8.978) |
| Total | (8.978) | (6.782) | (8.978) |
| | | | |

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade

Para fins de análise de sensibilidade dos riscos de taxas de juros a Companhia utilizou nas transações indexadas a SELIC e CDI, as taxas válidas para o dia 31 de dezembro de 2016.

Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, em relação à expectativa provável, conforme demonstrado a seguir:

Controladora

| | | Taxa | Cenário Provável | | deterioração de 25% | | deterioração de 50% | |
|---------------------------|-----------------------------------|------------------|------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Exposição de contratos | Risco | Cenário Atual | Taxa | Efeito no resultado | Taxa | Efeito no resultado | Таха | Efeito no resultado |
| CDI | Aumento/ (Redução) Aumento/ | 13,63% | 13,63% | (11.384) | 17,04% | (11.874) | 20,45% | (13.351) |
| SELIC | (Redução) | 13,65% | 13,65% | (54) | 17,06% | (54) | 19,70% | (54) |
| | | | | (11.438) | | (11.928) | | (13.405) |

Consolidado

| | | | | | | Cenário I ação de 25% | Cenário II deterioração de 50% | |
|------------------------|-----------------------|--------------------------|--------|---------------------|--------|--------------------------|-----------------------------------|---------------------|
| Exposição de contratos | Risco | Taxa Cenário Atual | Taxa | Efeito no resultado | Taxa | Efeito no resultado | Taxa | Efeito no resultado |
| CDI | Aumento/ (Redução) | 13,63% | 13,63% | (11.384) | 17,04% | (11.838) | 20,45% | (13.280) |
| SELIC | Aumento/ (Redução) | 13,65% | 13,65% | (54) (11.438) | 17,06% | (54) (11.892) | 19,70% | (54) (13.334) |

b) Risco cambial

A Companhia está suscetível a este risco em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras. O risco cambial refere-se principalmente às variações do dólar norte-americano.

A estratégia para o gerenciamento do risco de variação cambial é defensiva, tratando de proteger os resultados financeiros e os fluxos de caixa contra os movimentos adversos das taxas de câmbio. Como controle interno, a Tesouraria informa periodicamente à Diretoria sobre as posições e exposições ao câmbio, tanto para ativos e passivos originalmente indexados à moedas estrangeiras quanto para instrumentos derivativos contratados. A Companhia gerencia o risco de variação cambial através do monitoramento de taxas de câmbio e curvas de mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição cambial em 31 de dezembro de 2016 e 2015 demonstrados a seguir, estão de acordo com a Política de Gestão de risco financeiro e são representativas da exposição incorrida durante o período.

| | | Controladora | Consolidado |
|---|---------|--------------|-----------------|
| Exposição líquida de ativos e passivos ao US\$ (Dólar Americano) | 2016 | 2015 | 2016 |
| | | | (Reapresentado) |
| Equivalentes de caixa | 130.776 | - | 210.146 |
| Empréstimos de curto e longo prazo | (4.378) | (8.107) | (4.378) |
| Débito com terceiros | - | - | (444.584) |
| Contas a pagar | (626) | (2.148) | (12) |
| Contas a receber de clientes | - | - | 55.239 |
| Outros ativos circulantes | - | - | 16.960 |
| Fornecedores | - | - | (55.647) |
| Outros passivos circulantes | - | - | (3.630) |
| Total | 125.772 | (10.255) | (225.906) |

Análise de sensibilidade

Para fins de análise de sensibilidade nas transações que envolvem exposição à variação cambial, a Companhia utilizou a taxa PTAX Venda válida para 31 de dezembro de 2016, divulgada no Banco Central.

Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, em relação à expectativa provável, conforme demonstrado a seguir:

Exposição líquida de ativos e passivos ao US\$ (Dólar Americano)

| Cont | rol | ad | ora |
|------|-----|----|-----|

| Controladora | | | | | | | | |
|----------------------|-----------------------|-----------------|--------|---------------------|-----------|--------------------------|------------|---------------------------|
| | | | Cena | ário Provável | deteriora | Cenário I Ição de 25% | Cenário II | deterioração de 50% |
| Exposição R\$ | Risco | Câmbio atual | Câmbio | Efeito no resultado | Câmbio | Efeito no resultado | Câmbio | Efeito no resultado |
| Exposição Líquida | Aumento/ (Redução) | 3,2591 | 3,2591 | (1.806) (1.806) | 4,0739 | (2.909) (2.909) | 4,8887 | (4.029) (4.029) |
| Consolidado | | | Cena | ário Provável | deteriora | Cenário I Ição de 25% | Cenário | II deterioração de 50% |
| Exposição R\$ | Risco | Câmbio atual | Câmbio | Efeito no resultado | Câmbio | Efeito no resultado | Câmbio | Efeito no resultado |
| Exposição Líquida | Aumento/ (Redução) | 3,2591 | 3,2591 | (1.806) (1.806) | 4,0739 | (92.200) (92.200) | 4,8887 | (182.612) (182.612) |

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

32.2. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria a prejuízo financeiro.

A Unipar e suas controladas estão expostas ao risco de crédito principalmente em relação as suas aplicações financeiras e suas contas a receber de clientes.

Depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo de alta liquidez classificados como equivalentes de caixa são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Todos os ativos financeiros da Companhia e suas controladas estão em entidades de primeira linha em relação a risco de crédito.

Para a aplicação financeira efetuada pela Companhia em debênture emitida pela sua coligada Tecsis, em função da dificuldade financeira e de mercado com reflexos no desempenho econômico da Tecsis, conforme descrito na nota explicativa 6, a Companhia constituiu uma provisão para perda de valor recuperável dessa debênture, pelo seu valor atualizado em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 37.990.

As contas a receber de clientes representam valores devidos pelos clientes da Unipar e suas controladas, relacionados à venda de seus produtos. O risco sobre estes montantes é determinado por meio da aplicação das políticas internas da Companhia. Quando o risco de crédito é considerado alto, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa.

32.3. Risco de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos a serem liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa temporários.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores divulgados no quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

| | Menos de um ano | Entre um e dois anos | Entre dois e cinco anos | Acima de cinco anos |
|-------------------------------------|--------------------|-------------------------|-------------------------|---------------------|
| Controladora | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2016 | | | | |
| Empréstimos | 206.320 | 109.154 | 159.651 | - |
| Fornecedores | 35.855 | - | - | - |
| Em 31 de dezembro de 2015 | | | | |
| Empréstimos | 193.229 | 261.253 | 334.384 | 3.078 |
| Fornecedores | 24.103 | - | - | - |
| Consolidado | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2016 (Reaprese | entado) | | | |
| Empréstimos | 327.197 | 110.603 | 164.085 | - |
| Débito com terceiros | 1.148 | - | - | 443.436 |
| Fornecedores | 274.473 | - | - | - |

32.4. Gestão do capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira relacionado com o capital total.

A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e de longo prazo), subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma da dívida líquida com o patrimônio líquido demonstrado no balanço patrimonial.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, podem ser assim demonstrados:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|-----------|-----------------|-----|
| | 2016 | 2015 | 2016 | |
| | | | (Reapresentado) | |
| Total dos empréstimos (nota 15) | 475.125 | 585.332 | 601.885 | |
| Menos - caixa e equivalentes de caixa (nota 5) | 197.832 | 126.949 | 383.346 | |
| Menos – aplicações financeiras (nota 6) | 89.261 | 122.673 | 96.612 | |
| (Dívida líquida) Ativos financeiros líquidos | (188.032) | (335.710) | (121.927) | |
| Total do patrimônio líquido | 1.081.748 | 827.223 | 1.081.748 | (1) |
| Total do capital | 1.269.780 | 1.162.933 | 1.203.675 | |
| Índice de alavancagem financeira - % | 14,81 | 28,87 | 10,13 | |

(1) Participação no patrimônio líquido atribuível aos controladores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

32.5. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (menos a perda por *impairment*) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia, que são mensurados a valor justo, foram, em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, precificados com base na hierarquia descrita no nível 2 acima.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, conforme quadro a seguir:

| | Notas | Controladora | | Consolidado |
|--|-------|--------------|-----------|-----------------|
| | | 2016 | 2015 | 2016 |
| | | | | (Reapresentado) |
| Ativos | | | | |
| Valor justo | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 5 | 197.832 | 126.949 | 383.346 |
| Aplicações financeiras - Fundos de Investimentos | 6 | 89.261 | 89.118 | 89.261 |
| Custo amortizado | | | | |
| Aplicações financeiras - Fundos de Investimentos | 6 | - | - | 7.351 |
| Aplicações financeiras - Debêntures Tecsis | 6 | - | 33.555 | - |
| Contas a receber | - | 88.688 | 92.207 | 375.818 |
| Total | | 375.781 | 341.829 | 855.776 |
| Passivos | | | | |
| Custo amortizado | | | | |
| Empréstimos | 15 | (475.125) | (585.332) | (601.885) |
| Débito com terceiros | 20 | - | - | (444.584) |
| Fornecedores | | (35.855) | (24.103) | (274.473) |
| Energia elétrica | 16 | (83.962) | (41.173) | (167.656) |
| Outros passivos | - | (7.828) | (9.771) | (27.504) |
| Total | | (602.770) | (660.379) | (1.516.102) |
| | | | | |

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

33. Eventos subsequentes

Gastos com reestruturação

Após a Companhia concluir a aquisição da participação majoritária na Indupa Argentina iniciouse o desenvolvimento de um plano para a análise dos diferentes processos de negócio, com vista à sua melhoria e otimização. Dentro deste plano estão previstos gastos de reestruturação da ordem de US\$ 20 milhões de dólares (R\$ 65.200 convertido à taxa de 31 de dezembro de 2016).

Oferta pública

Em 23 de março de 2017 a Companhia enviou comunicado para a controlada Indupa Argentina sobre anuncio de nova oferta pública de aquisição ("OPA") com a finalidade de cancelamento de registro de companhia aberta. O preço por ação de emissão da Indupa Argentina ofertado pela Companhia aos acionistas minoritários da controlada corresponde a 3,65 pesos argentinos, que representa o preço médio das ações durante os 6 meses antecedentes a essa data. Para ocorrência da OPA é necessário cumprir com certas condições, como (i) aprovação dos acionistas da Indupa Argentina na Assembleia Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 26 de abril de 2017 e aprovação da *Comisión Nacional de Valores* ("CNV"); (ii) que sejam aprovados os termos da oferta pela CNV e (iii) outras condições que se detalharão no prospecto.